

Lucas Amaral de Pádua

**A disciplina no Instituto Federal:
reflexões a partir de Foucault e da Psicologia Escolar Crítica**

Uberlândia

2021

Lucas Amaral de Pádua

**A disciplina no Instituto Federal:
reflexões a partir de Foucault e da Psicologia Escolar Crítica**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Orientadora: Anabela Almeida Costa e Santos Peretta

Uberlândia

2021

Lucas Amaral de Pádua

**A disciplina no Instituto Federal:
reflexões a partir de Foucault e da Psicologia Escolar Crítica**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Anabela Almeida Costa e Santos Peretta

Banca examinadora

Uberlândia, 09 de julho de 2021.

Profª Dra. Anabela Almeida Costa e Santos Peretta (Orientadora)
Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia/MG

Profª Dra. Tatiana Benevides Magalhães Braga (Examinadora)
Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia/MG

Profª Dra. Sírley Cristina Oliveira (Examinadora)
Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM)

Profª Dra. Luciana Pereira de Lima (Suplente)
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Aos estudantes, técnicos administrativos e professores que, na sua indisciplina, desestabilizam os regimes de poder.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas que encontrei pelo caminho, que marcaram minha trajetória e contribuíram para o meu caminhar durante o período de minha graduação na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e de meu trabalho no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM):

A Vanderli, minha mãe, e José, meu pai, por todo amor, cuidado, carinho, apoio e suporte dedicados a mim nos melhores e piores momentos de minha vida. Serei eternamente grato a eles por todo o esforço que fizeram para que eu pudesse ter acesso ao direito à Educação que a eles foi negado.

Às minhas queridas amigas Fernanda Manicardi, Geovana Caroline, Maria Paula Martins, Daniely Silva e Paula Nohanna e aos queridos amigos Lucas Nunes, Luiz Otávio e Osmar Rosa que trilharam este caminho comigo com muito afeto, companheirismo e parceria.

A Anabela Santos pelo excelente trabalho como professora e orientadora deste trabalho e que em muito contribuiu para minha formação como Psicólogo Escolar;

A Tatiana Benevides pelo excelente trabalho como professora e supervisora e que em muito contribuiu para minha formação como Psicólogo Clínico;

Às professoras Claudia Swatowiski, Eliane Pereira, Juçara Clemens, Luciana Pereira, Maria José Ribeiro, Maristela Pereira e Marineia Crosara e aos professores Antônio Petean, Nilson Neto, Ricardo Wagner e Ruben Nascimento que marcaram a minha formação, apresentando novos caminhos teóricos e práticos que contribuíram para a minha formação numa perspectiva humanizada e crítica.

A Pâmela Junqueira, Vinícius Felipe, Jeane Rocha, Evanice Martins, Nair Soares, Márcia Beloti e Raquel Machado pela parceria e amizade nos anos de IFTM e que levarei para toda a vida;

Às professoras Danielle Silva, Gyzely Lima, Karina Costa, Samia Dantas e Sírley Oliveira e aos professores André Oliveira, Dickson Duarte, Marcio Bonesso e Walteno Martins que pelo excelente trabalho e relação com os estudantes do IFTM que muito me inspiram no desejo de ser professor;

À professora Sírley Oliveira por ter prontamente aceitado o convite para compor a banca examinadora deste trabalho;

Às estudantes e aos estudantes do IFTM que pude conhecer e que me ensinaram com seu orgulho de estudar nessa instituição e com seus questionamentos que sempre me deslocavam de um lugar comum e me inspiravam a pensar e refletir sobre a escola;

Ao Roberto Gil, Flamarion Assis, Elisa Ribeiro, Gustavo Prado e Marlúcio Anselmo pelo apoio institucional que possibilitou minha Colaboração Técnica entre o IFTM *campus* Patrocínio e o *campus* Uberlândia Centro;

A todas as outras pessoas que não citei aqui, mas que caminharam comigo e que de alguma maneira contribuíram na minha formação enquanto psicólogo e no ofício de ser servidor público.

Você deve notar que não tem mais tutu
e dizer que não está preocupado
Você deve lutar pela xepa da feira
e dizer que está recompensado
Você deve estampar sempre um ar de alegria
e dizer: tudo tem melhorado
Você deve rezar pelo bem do patrão
e esquecer que está desempregado

Você merece, você merece
Tudo vai bem, tudo legal
Cerveja, samba, e amanhã, seu Zé
Se acabarem com o teu Carnaval?

Você deve aprender a baixar a cabeça
E dizer sempre: "Muito obrigado"
São palavras que ainda te deixam dizer
Por ser homem bem disciplinado
Deve pois só fazer pelo bem da Nação
Tudo aquilo que for ordenado
Pra ganhar um Fuscão no juízo final
E diploma de bem comportado

(Gonzaguinha, 1972, Comportamento Geral,
[Gravado por Elza Soares] In *Planeta Fome*,
Deckdisc , 2019)

RESUMO

Este ensaio apresenta uma reflexão sobre a disciplina no contexto do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). O trabalho foi escrito a partir da experiência no cargo de assistente de alunos, dos diversos regimentos e regulamentos da instituição e do pensamento do filósofo Michel Foucault a respeito do poder disciplinar. Buscou apresentar como a instituição disciplina a relação dos corpos com o espaço escolar, o tempo escolar e as atividades escolares e alguns aspectos do funcionamento dos mecanismos de vigilância, punição e avaliação dos estudantes, evidenciando as técnicas disciplinares e as tensões decorrentes desse processo de dominação que se expressam na relação família-escola e professor-estudante através da indisciplina. Foi concluído com compreensões, percepções e possibilidades no tocante aos saberes e práticas relacionados à Psicologia Escolar e Educacional Crítica que subsidiaram reflexões e proposições para contexto da instituição visando a constituição de outras formas de relações que possam desestabilizar os regimes de poder instituídos para construir novos regimes de afeto, mecanismos que viabilizem presença, construção coletiva de regras de convivência, responsabilização coletiva pelos atos educativos e valorização dos saberes pedagógicos.

Palavras-chave: Disciplina. Instituto Federal. Michel Foucault. Psicologia Escolar Crítica.

ABSTRACT

This essay presents a reflection on the discipline in the context of the Federal Institute of Triângulo Mineiro (IFTM). The work was written based on the experience in the position of student assistant, the various rules and regulations of the institution and the thinking of philosopher Michel Foucault regarding disciplinary power. It sought to present how the institution disciplines the relationship of bodies with the school space, school time and school activities and some aspects of the functioning of the mechanisms of surveillance, punishment and evaluation of students, highlighting the disciplinary techniques and tensions resulting from this process of domination which are expressed in the family-school and teacher-student relationships through indiscipline. It was concluded with understandings, perceptions and possibilities regarding the knowledge and practices related to School and Educational Psychology in a Critical Perspective that supported reflections and proposals for the context of the institution, aiming at the constitution of other forms of relationships that can destabilize the power regimes instituted to build new regimes of affection, mechanisms that enable presence, collective construction of coexistence rules, collective responsibility for educational acts and valuing of pedagogical knowledge.

Keywords: Discipline. Federal Institute. Michel Foucault. School and Educational Psychology in a Critical Perspective.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	10
1 - O ASSISTENTE DE ALUNOS ENCONTRA MICHEL FOUCAULT.....	12
O Assistente de Alunos e a disciplina no Instituto Federal	12
O filósofo Michel Foucault e o poder disciplinar	19
2 - A DISCIPLINA NO IFTM	25
A disciplina e o espaço escolar	27
A disciplina e o tempo escolar	33
A disciplina e as atividades escolares	38
A disciplina e a vigilância dos estudantes	46
A disciplina e a punição dos estudantes	50
A disciplina e a avaliação dos estudantes	58
3 - A PSICOLOGIA ESCOLAR E O IFTM.....	64
REFERÊNCIAS.....	83

Introdução

Este ensaio apresenta uma reflexão sobre a disciplina no contexto escolar do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), partindo da premissa de que “o trabalho do ensaísta se inicia e termina nos limites de sua experiência pessoal e do esforço que seu espírito realiza para encontrar e formular idéias adequadas” (Lago, 2000, p. 5).

Parto de três pontos principais que procuro articular no desenvolvimento de minha reflexão. O primeiro ponto, é a minha experiência profissional no IFTM, onde ocupei o cargo de assistente de alunos em um período de 6 anos, sendo 1 ano no *campus* Patrocínio, em 2014; e 5 anos no *campus* Uberlândia Centro, no período de 2015 a 2019. Desta experiência trago vivências do cotidiano escolar, dos encontros com os estudantes, professores, técnicos-administrativos e famílias, além das normas e regras instituídas pelos diversos regulamentos da instituição.

O segundo ponto que gostaria de destacar é que esses 5 anos de trabalho no IFTM *campus* Uberlândia Centro coincidiram com o meu processo de formação na graduação em Psicologia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que proporcionou conhecimento em relação às teorias e práticas na área de Psicologia Escolar e Educacional, que em muito contribuíram para o amadurecimento da reflexão que proponho neste ensaio.

O terceiro e último ponto que destaco é que a reflexão que proponho parte também de minha apropriação do pensamento do filósofo Michel Foucault sobre o poder disciplinar, as técnicas disciplinares e a produção dos sujeitos modernos presentes nas obras *Vigiar e Punir* e *Microfísica do Poder*, que em muito contribuíram para a compreensão da disciplina escolar.

Desse modo, a reflexão sobre a disciplina no contexto escolar do IFTM que proponho neste ensaio se desenvolve pela articulação de minha experiência como assistente de alunos,

de minha formação em Psicologia e dos estudos de Michel Foucault. O presente ensaio está dividido em três capítulos.

No Capítulo 1, intitulado “O Assistente de Alunos encontra Michel Foucault”, apresento um pouco de minha experiência profissional no IFTM, meu encontro com a problemática da disciplina e da indisciplina nesse contexto e as inquietações que motivaram este trabalho. Em seguida, apresento os principais aspectos do pensamento de Michel Foucault sobre as relações de poder e o poder disciplinar que serão utilizados como referência para a reflexão proposta neste ensaio.

No Capítulo 2, intitulado “A disciplina no IFTM”, apresento uma reflexão sobre a disciplina neste contexto, compreendendo esta instituição como herdeira de um caráter disciplinar moderno, onde o poder disciplinar é exercido sobretudo por meio dos diversos regulamentos e regimentos da instituição que disciplinam a relação dos corpos com o espaço escolar, o tempo escolar e as atividades escolares. Apresento também os mecanismos de vigilância, punição e avaliação dos estudantes que a instituição dispõe no exercício do poder disciplinar e seus efeitos de poder. Apresento, no decorrer do capítulo, as normas e regras disciplinares e as tensões que ocorrem no cotidiano escolar no exercício do poder disciplinar.

No Capítulo 3, “A Psicologia Escolar e o IFTM”, apresento algumas considerações, a partir da Psicologia Escolar, sobre as tensões que ocorrem no exercício do poder disciplinar no contexto do IFTM que se expressam sobretudo nas relações da família com a escola e do professor com o estudante, marcadas pela indisciplina e por processos de exclusão, medicalização e judicialização.

Desse modo, este ensaio se inicia e termina a partir dos limites de minha experiência profissional como assistente de alunos, como estudante de Psicologia e de meus esforços em formular ideias adequadas a partir do pensamento filosófico de Michel Foucault.

1 - O Assistente de Alunos encontra Michel Foucault

O Assistente de Alunos e a disciplina no Instituto Federal

Recordo-me de uma vivência do trabalho como assistente de alunos no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). Estava na sala da Coordenação de Apoio ao Estudante (CAE), realizando atividades administrativas referentes ao Programa de Assistência Estudantil. De repente, entra na sala um professor aparentando estar estressado, irritado e cansado. Perguntei o que aconteceu. Ele me respondeu que estava dando aula e a turma não parava de conversar enquanto realizava os exercícios. Dizia que, por mais que pedisse silêncio, havia dois ou três alunos que não paravam de conversar, até que ele pediu para que esses alunos se retirassem da sala de aula e procurassem, junto com ele, a CAE para registrar uma ocorrência disciplinar.

Entreguei ao professor um formulário para ele registrar a ocorrência disciplinar, informando os nomes dos estudantes, a descrição do fato ocorrido e em qual artigo do Regulamento Disciplinar Discente aquela situação se enquadrava. Disse a ele que a Coordenadora do setor iria conversar com os alunos envolvidos na ocorrência para dar as tratativas necessárias, conforme previsto no regulamento. Expliquei aos alunos que, caso fosse o primeiro registro de ocorrência deles, eles seriam advertidos verbalmente, mas que, se eles já tivessem outras ocorrências registradas, eles seriam advertidos por escrito ou então suspensos, a depender do histórico disciplinar de cada um. Informei ao professor e aos alunos que caberia ao Conselho de Ética Discente dar um parecer sobre tal situação. O docente voltou para a sala de aula, os estudantes permaneceram aguardando a Coordenadora e eu continuei as atividades administrativas.

Desse modo, tive contato com as queixas de indisciplina no meu cotidiano de trabalho no IFTM ao longo de 6 anos. O IFTM foi criado pela Lei nº 11.892 (Lei n. 11.892, 2008), que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A Educação Profissional visa, dentre outros aspectos, “a preparação geral para o trabalho”, conforme a Lei nº 9.394 (Lei n. 9.394, 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Os Institutos Federais, conforme a Lei nº 11.892 (Lei n. 11.892, 2008), são considerados “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”.

Nesse contexto de uma educação que prepara para o trabalho, ao ofertar cursos de diferentes níveis e modalidades, o IFTM possui estudantes de cursos de Ensino Médio Integrado, técnicos, tecnólogos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduação, marcados por uma variedade de idades, gêneros, raças, classes, culturas, religiões, ideologias e necessidades.

Esses estudantes contam com a CAE como uma forma de apoio institucional para suas necessidades, como alimentação, transporte, segurança e assistência. A CAE, conforme o Regimento Interno do *campus* Uberlândia Centro (IFTM, 2020b), é o

setor diretamente responsável pelo acompanhamento e suporte ao aluno, procura oferecer-lhe o apoio necessário ao seu bem-estar, principalmente àqueles que apresentam vulnerabilidade econômica e social, propiciando-lhes condições igualitárias de permanência na Instituição, assim como mecanismos que possibilitem ou promovam seu melhor desenvolvimento acadêmico e humano (p. 31).

Assim, a CAE tem a função de acompanhar e dar suporte aos estudantes para garantir seu bem estar e seus direitos no âmbito da instituição. Visando garantir o suporte dos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica e social, a CAE é responsável também pela execução do Programa de Assistência Estudantil (PAE), que procura garantir a esses estudantes condições de permanência na instituição.

Nos setores de Apoio ao Estudante do IFTM, é comum estarem lotados os assistentes de alunos, servidores responsáveis por assistir e orientar os estudantes nos aspectos de disciplina, lazer, alimentação, segurança, saúde e higiene dentro das dependências escolares. Em muitas situações, na condição de assistente de alunos, lotado na CAE, acompanhei e dei suporte aos estudantes em diversas situações, como: acompanhar em viagens e participações em eventos, na condição de servidor responsável; ajudar a servir o lanche nos intervalos do Ensino Médio Integrado; responsável pelo Programa de Assistência Estudantil; membro e secretário do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne).

Na função de responsável pelo PAE do *campus* Uberlândia Centro, contribuí com o planejamento, execução e acompanhamento das ações do referido Programa, que de acordo com o seu regulamento, tem como finalidade conceder auxílios financeiros visando à “promoção do desenvolvimento humano, ao apoio ao desenvolvimento, à igualdade de oportunidades e à formação acadêmica e garantia da permanência de estudantes dos cursos regulares do IFTM” (IFTM, 2018, p. 2).

Na função de membro e secretário do Napne, que se trata de um “programa permanente que tem por finalidade garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar do estudante com necessidades educacionais específicas (com deficiência, superdotados / altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento)” (IFTM, 2019, p. 45), participei

de ações que visavam a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais específicas por meio de entrevistas, reuniões, elaboração e recebimento de documentos, aplicação de provas, dentre outras ações de apoio e auxílio a estudantes, professores e famílias.

Os assistentes de alunos muitas vezes exercem a função de fiscalizar a conduta dos estudantes, a fim de identificar, registrar e reportar quaisquer comportamentos considerados inadequados ao ambiente escolar. Sempre que identificados esses comportamentos, é registrada na CAE uma ocorrência disciplinar para o estudante. Assim, era comum deparar-me com situações de indisciplina escolar e com a necessidade de atender e resolver essas situações institucionalmente, tendo em vista as atribuições do cargo de assistente de alunos e da referida Coordenação, que deve orientar os estudantes no aspecto disciplinar, pautando suas ações a partir do Regulamento Disciplinar Discente, conforme consta no Regimento Interno do *campus* Uberlândia Centro (IFTM, 2020).

É o Regulamento Disciplinar Discente, que determina qual comportamento é inadequado aos estudantes no contexto do IFTM. Tal regulamento tem por objetivo estabelecer “as normas disciplinares discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, com seus direitos e deveres, tendo em vista o favorecimento de um ambiente propício e adequado ao desempenho acadêmico” (IFTM, 2016, p. 4). Qualquer membro da comunidade escolar da instituição pode procurar a CAE para fazer um registro de ocorrência disciplinar quando se depara com situações de indisciplina.

Dessa maneira, quando um estudante se comporta de maneira considerada inadequada ao ambiente escolar, o professor pode registrar uma ocorrência disciplinar; da mesma forma que quando um estudante alega estar sendo vítima de *bullying*, ele também pode realizar um registro de ocorrência disciplinar contra o colega. Assim, no IFTM é comum professores,

técnicos, estudantes e famílias procurarem atendimento na CAE para registrar ou resolver ocorrências disciplinares relacionadas ao comportamento inadequado dos estudantes.

A partir do momento em que uma ocorrência disciplinar é registrada, a CAE fica responsável por providenciar as tratativas necessárias, podendo convocar os estudantes envolvidos nas ocorrências disciplinares para averiguar e esclarecer a situação ocorrida, além de aplicar as penalidades previstas no Regulamento Disciplinar Discente, como a advertência verbal e escrita, suspensão ou desligamento.

Após definida qual penalidade o estudante irá sofrer, os pais são convocados à escola para serem informados sobre o ocorrido e sobre as penalidades. Nos casos de suspensão e desligamento, os processos disciplinares costumam ser encaminhados para o Conselho de Ética Discente, formado por professores, técnicos administrativos, pedagogos, psicólogos e estudantes, a fim de analisar, julgar e dar parecer sobre as penalidades que serão atribuídas aos estudantes que cometam “infrações disciplinares” previstas no Regulamento Disciplinar Discente.

O contato com as situações de indisciplina e suas tratativas institucionais no contexto desta instituição mobilizou-me com inquietações e questionamentos a respeito das implicações de se colocar o Regulamento Disciplinar Discente em prática, de forma a “fazer cumprir o regulamento” ou a “fazer cumprir as leis”, como defendido por muitos professores e técnicos no cotidiano escolar da instituição. Trago aqui alguns dos questionamentos que moveram este trabalho e sobre os quais procurarei, em alguma medida, refletir, embora entendendo que não será possível abarcar com profundidade cada um deles, considerando os limites deste ensaio.

Em primeiro lugar, me inquietava a relação entre os objetivos e finalidades do Regulamento Disciplinar e os comportamentos considerados como “infrações disciplinares”.

O objetivo desse regulamento é estabelecer normas disciplinares com a finalidade de propiciar um ambiente adequado e favorável ao desempenho acadêmico. Nesse sentido, entendo que as normas disciplinares no IFTM são estabelecidas visando os resultados do processo de ensino-aprendizagem, expressos no desempenho do estudante, que pode ser bom ou ruim, alto ou baixo.

Mas, as normas e regras estabelecidas devem ser apenas para garantir bons resultados no processo de ensino aprendizagem? Qual a função das normas e regras na escola? Quais as implicações do cumprimento de tais normas no processo de desenvolvimento dos estudantes do IFTM? Quais implicações tais normas produzem no processo de ensino-aprendizagem? Quais sujeitos políticos a escola pretende e possibilita formar a partir desse regulamento?

O Regulamento Disciplinar Discente estabelece as “infrações disciplinares”, que são os comportamentos proibidos aos estudantes. Entendo que muitos comportamentos considerados inadequados aparecem descritos de forma genérica no regulamento, podendo abrir margem para diversas interpretações. De acordo com o regulamento, é proibido ao estudante “agir de forma indisciplinada e desrespeitosa nas aulas e demais atividades escolares”. Mas o que seria considerado “agir de forma indisciplinada”?

É proibido “apresentar comportamentos ou usar vestimentas que atentem ao pudor”. Mas o que seria uma vestimenta que atente ao pudor? Essa vestimenta seria um *short* considerado curto demais? É proibido “difundir imagens obscenas”. Mas o que seria uma imagem obscena? Uma obra de arte poderia ser uma obra de arte obscena?

Essas controvérsias geravam opiniões e práticas divergentes entre os membros da comunidade escolar da instituição. Divergia-se muitas vezes no entendimento se um determinado comportamento seria considerado indisciplinado ou não, se tal roupa era considerada incoerente ao ambiente escolar, ou não. Para alguns servidores usar *shorts* acima

do joelho e namorar na escola deveria ser proibido. Esses servidores consideravam esses comportamentos como indisciplinados, enquanto outros servidores não consideravam os mesmos comportamentos como inadequados ao ambiente da escola e não chamavam a atenção dos estudantes.

Quais as roupas são ou não adequadas ao ambiente escolar? Um *short* atrapalha de quais maneiras o processo de ensino-aprendizagem? Por que não é permitido namorar ou demonstrar determinados afetos, como o beijo, na escola? Quando uma cena afetuosa passa a ser considerada inadequada ao ambiente escolar e vista como atentado ao pudor? Qual o lugar dos afetos na escola?

No IFTM, uma das regras diz ser proibido “perturbar aulas, não mantendo silêncio ou tom moderado de voz nas proximidades das salas de aula”. Me questionava sobre a sua adequação ao ambiente escolar e os seus sentidos. Como uma escola, que possui em sua grande maioria adolescentes de Ensino Médio, pode exigir silêncio ou que os adolescentes conversem muito baixo nos corredores, sendo que são locais de passagem ou de permanência dos estudantes?

O que seria um tom de voz moderado ou que tom de voz deveria ser permitido no interior da escola para que não atrapalhasse as aulas? Que sujeito se forma num contexto em que ele deve a todo tempo procurar regular a sua expressão para não atrapalhar o bom andamento das atividades?

Um segundo aspecto que me inquietava era a respeito das penalidades disciplinares previstas no Regulamento Disciplinar Discente. Quais as finalidades e o seu papel no processo educativo? Será que aplicar uma advertência para um estudante resolve o problema de chegar atrasado na escola? Parece-me que a finalidade é punir o estudante por seu comportamento, mas seria essa a finalidade de uma instituição escolar? Quais possibilidades

educativas seriam possíveis nos casos de indisciplina? O que se espera do psicólogo ao ocupar um lugar no Conselho de Ética? Quais as possíveis contribuições do psicólogo nesse lugar?

Os questionamentos e as inquietações que surgiram no decorrer de minha experiência, nos diversos encontros com os estudantes indisciplinados, com os registros de ocorrências disciplinares e com as normas e regras do Regulamento Disciplinar Discente me instigaram a estudar e refletir sobre essa instituição escolar e suas questões para desenvolver novas práticas no cotidiano de trabalho como assistente de alunos.

Os encontros com os “estudantes indisciplinados”, com os registros de ocorrência disciplinares e com o Regulamento Disciplinar Discente me instigaram a estudar e refletir sobre essa instituição escolar marcada por um forte caráter disciplinar, expressos por contínuos processos de vigilância e punição dos estudantes, muitas vezes exercidos por mim mesmo, no cargo de assistente de alunos.

Buscando compreender o caráter disciplinar desta instituição, tão presente nas instituições escolares, deparei-me com os estudos do filósofo francês Michel Foucault a respeito do poder disciplinar e das sociedades disciplinares, sobretudo nas obras *Vigiar e Punir* e *Microfísica do Poder*. A seguir, apresento brevemente as principais ideias de Michel Foucault que nortearão as reflexões deste ensaio a respeito da disciplina no IFTM.

O filósofo Michel Foucault e o poder disciplinar

Michel Foucault (2014) diz ser necessário deixar de compreender o poder apenas em termos negativos, e com isso, deixar de dizer que o poder recalca, reprime e esconde para compreender o poder em termos positivos e, com isso, dizer que o poder produz. Para o

filósofo, o poder produz realidade e campos de objetos e rituais da verdade, produz também o indivíduo e o conhecimento.

Em sua análise sobre o poder, Foucault (2018) diz que:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (p. 284).

Nesse sentido, entendo que as relações estabelecidas pelos diferentes membros da comunidade escolar do IFTM - professores, técnicos, estudantes e terceirizados - são relações de poder. Os diferentes membros da comunidade escolar constituem uma rede de relações pela qual o poder circula na instituição. Nessa rede, os indivíduos transmitem o poder, na medida em que exercem e sofrem a sua ação, assim, o poder passa pelos indivíduos.

Foucault (2018) acrescenta que:

Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu (pp. 284-285).

Dessa maneira, entendo que o poder produz o indivíduo e que o indivíduo é ao mesmo tempo um efeito e um centro de transmissão desse poder. Nesse sentido, a maneira pela qual

professores e estudantes se apresentam no contexto da sala de aula, com seus lugares e funções previamente definidos, demonstra o quanto o indivíduo é um efeito do poder. Quando um professor entra na sala de aula e os alunos tomam seus lugares e ficam em silêncio, o professor exerce poder sobre os estudantes, mas ao mesmo tempo os estudantes também exercem poder sobre o professor, pois podem resistir à sua aula ou exigirem dele uma postura ou outra. Assim, mesmo que o professor exerça mais força sobre os estudantes, os estudantes também exercem força sobre o professor.

Nessas redes de relações em que o poder circula estão os corpos dos indivíduos. Para Foucault (2014), “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (p. 134). Assim, na sociedade capitalista os corpos dos indivíduos estão presos no interior de relações de poder próprias a essa sociedade.

Para Foucault (2018), uma das grandes invenções da sociedade burguesa foi o poder disciplinar, que se tornou um importante instrumento de consolidação do capitalismo industrial. O filósofo aponta que os processos disciplinares existiam há muito tempo, por exemplo nos conventos, nos exércitos e nas oficinas, no entanto, nos séculos XVII e XVIII se tornaram fórmulas gerais de dominação na sociedade capitalista (Foucault, 2014).

Para Foucault (2018), o poder disciplinar sustenta-se nos corpos e nos seus atos para extrair deles tempo e trabalho, sendo que, ele se exerce continuamente por meio da vigilância, supõe um sistema de coerções materiais e estabelece uma nova economia do poder, propiciando o crescimento das forças dominadas ao mesmo tempo em que aumenta a força e a eficácia de quem as domina.

Para Foucault (2014), o poder disciplinar se exerce por meio das disciplinas que são “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a

sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (p. 135). Para o filósofo, a disciplina fabrica corpos dóceis e constitui uma relação em que quanto mais útil é o corpo, mais dócil ele também o é, pois ao mesmo tempo em que as forças dos corpos são aumentadas, em um sentido econômico de utilidade, ela diminui essas mesmas forças em um sentido político de obediência, estabelecendo no corpo o “elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (p. 136).

Assim, na sociedade capitalista, o poder disciplinar produz indivíduos dotados de características necessárias à manutenção desse sistema, úteis economicamente e obedientes politicamente, na medida em manipula e modela os corpos multiplicando as suas forças para compor aparelhos eficientes, como os quartéis, as fábricas, os hospitais, as prisões e as escolas através das disciplinas.

Para Foucault (2014) uma das maneiras de exercício do poder disciplinar na sociedade burguesa se deu por meio do modelo arquitetural do panóptico, cujo princípio é:

na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou escolar (p. 194).

Para Foucault (2014), a composição arquitetural do panóptico “organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente” (p. 194) e produz como efeito evitar as massas compactas que eram encontradas no encarceramento, conquistando assim que entre os condenados não houvesse perigo de complôs ou tentativas de fuga; entre

as crianças não houvesse cola, barulho ou conversa e entre os operários não houvesse roubos, conluíus ou distrações.

O poder disciplinar, no modelo arquitetural do panóptico, faz com que a “multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas” (p. 195). Assim, o panóptico permite a transformação das multidões numa coleção de indivíduos separados, úteis e obedientes.

O panóptico, de acordo com Foucault (2014), automatiza e desindividualiza o poder, e pouco importa quem exerce o poder. Para o filósofo, “um indivíduo qualquer, quase tomado ao acaso, pode fazer funcionar a máquina: na falta do diretor, sua família, os que o cercam, seus amigos, suas visitas e até seus criados” (p. 196).

Para Foucault (2014), o modelo panóptico projeta uma instituição disciplinar perfeita e tem também o objetivo de fazer com que as disciplinas saiam dos espaços fechados - escola, fábrica, hospital, prisão - de modo que elas se difundam por todo o corpo social e toda uma sociedade passa a ser atravessada por mecanismos disciplinares. Para Foucault (2014) o panóptico deve ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento, uma maneira de definir as relações do poder com a vida cotidiana dos homens” (p. 198).

Dessa maneira, para Foucault (2014), na modernidade, o corpo tornou-se objeto e alvo do poder, esse “corpo que se manipula, modela-se, treina-se, que obedece, responde, torna-se hábil ou cujas forças se multiplicam” (p. 134). Assim, na sociedade capitalista os corpos são manipulados, treinados e modelados para se tornarem úteis e obedientes através das disciplinas.

Assim, Foucault (2014) buscou localizar as técnicas essenciais que se generalizaram mais facilmente e se espalharam por todas as instituições modernas. Para ele, atentar-se a

essas técnicas é importante, pois elas “definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova “microfísica do poder”” e porque elas ganharam campos cada vez mais vastos a partir do século XVII, tendendo a cobrir por inteiro o corpo social, levando à mutação do regime punitivo na época contemporânea.

A escola moderna é uma das instituições na qual o poder disciplinar se espalhou e tomou corpo. De acordo com Ferrari e Dinali (2012) a escola, a partir das teorizações foucaultianas, pode ser compreendida como “uma máquina de controle e organização dos corpos, implicada tanto na fabricação do sujeito disciplinar quanto da própria Modernidade” (p. 395). Segundo esses autores, devido a essa tradição disciplinar moderna, pode-se afirmar que a escola na sua atual configuração, possui heranças modernas disciplinares.

Neste ensaio, entendo que o IFTM, assim como diversas escolas, constituiu-se enquanto instituição escolar a partir dessa herança moderna e, portanto, exerce um controle sobre os seus membros através de técnicas disciplinares. Nesse sentido, proponho no próximo capítulo tecer reflexões a respeito do caráter disciplinar desta instituição tomando como fio condutor minha experiência na instituição e o pensamento do filósofo Michel Foucault a respeito do poder disciplinar.

2 - A disciplina no IFTM

Neste capítulo, proponho um olhar para a herança disciplinar moderna que o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) carrega consigo em suas práticas educacionais, tomando como inspiração o estudo de Anderson Ferrari e Wesceley Dinali (2012)¹ intitulado “Herança moderna disciplinar e controle dos corpos: quando a escola se parece com uma gaiola”, no qual os autores apontam que a escola, na sua atual configuração, possui heranças modernas e que Michel Foucault pode nos ajudar a compreender como essa instituição foi crucial para a instauração da sociedade moderna e para a produção do sujeito moderno, bem como a disciplina foi um fator fundamental para seu funcionamento.

Considerando o IFTM como uma instituição disciplinar moderna que, portanto, domina os corpos dos indivíduos, sobretudo dos estudantes, através das disciplinas, produzindo “corpos dóceis”, corpos úteis economicamente e obedientes politicamente, proponho tecer uma reflexão sobre a configuração contemporânea do poder disciplinar no âmbito desta instituição, articulando minha experiência como técnico-administrativo, os

¹Este artigo foi escrito com base em uma pesquisa realizada pelos autores no Colégio de Aplicação João XXIII/UFJF, no ano de 2010, tomando como inspiração a palavra “gaiola” para problematizar como a escola foi se constituindo como espaço que tem como uma de suas funções enclausurar os corpos para melhor controlá-los, sob uma perspectiva disciplinar. No artigo os autores apresentam diversas técnicas disciplinares presentes no funcionamento atual desta instituição como: a clausura, que organiza os corpos e suas condutas no espaço por meio de cercas, muros e grades; o quadriculamento, por meio do Regimento Interno que estabelece lugares e funções para cada um; as filas que organizam, disciplinam e hierarquizam não só o espaço, mas as tarefas, os resultados, o aproveitamento; o controle das atividades por meio do horário, da pontualidade, dos currículos, programas e planos de ensino; visibilidade hierárquica, por meio do enfileiramento dos alunos, centralidade do professor na sala de aula, portas voltadas para os corredores, chamadas que estabelecem presenças e ausências; punição por meio de advertências, repreensões, suspensão, transferências; exames por meio de avaliações quantitativas e qualitativas. Os autores apontam para a produção dos sujeitos modernos como produtos das relações de poder-saber colocadas em prática pela escola moderna.

diversos regulamentos institucionais e as técnicas disciplinares descritas por Foucault (2014) e a partir disso evidenciar os efeitos e tensões que muitas vezes ocorrem nesses processos de dominação.

Foucault (2014) me referencia no entendimento de que na modernidade o corpo passou a ser objeto e alvo de poder, esse “corpo que se manipula, modela-se, treina-se, que obedece, responde, torna-se hábil ou cujas forças se multiplicam” (p. 134). O filósofo se propõe a descrever os dispositivos disciplinares por meio da atenção aos detalhes e às minúcias, pois considera que “a disciplina é uma anatomia política do detalhe”, para ele:

Uma observação minuciosa do detalhe, e ao mesmo tempo um enfoque político dessas pequenas coisas, para controle e utilização dos homens, sobem através da Era Clássica, levando consigo todo um conjunto de técnicas, todo um corpo de processos e de saber, de descrições, de receitas e dados. E desses esmiuçamentos, sem dúvida, nasceu o homem do humanismo moderno. (Foucault, 2014, p. 136).

Trago as técnicas disciplinares descritas pelo filósofo a partir de sua atenção aos detalhes e que, no meu entendimento, estão presentes nas relações de poder estabelecidas no IFTM e que podem contribuir para compreender a configuração contemporânea das relações de poder na instituição.

De minha experiência, trago algumas vivências do cotidiano escolar nesta instituição, a partir do meu encontro com os estudantes, com os colegas de trabalho, com as famílias e com os visitantes e também do meu encontro com as normas e regras institucionais estabelecidas pelos diversos documentos oficiais. Das normas e regras institucionais destaco o Regulamento Disciplinar Discente (IFTM, 2016), o Regimento Geral (IFTM, 2020a), o Regimento Interno do *campus* Uberlândia Centro (IFTM, 2020b), o Regulamento da

Organização Didático Pedagógica dos Cursos de Nível Médio do IFTM (IFTM, 2019) e o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil (IFTM, 2018).

Na reflexão que se segue, procuro compreender como as técnicas disciplinares dominam os corpos no IFTM, disciplinando as suas relações com o espaço, o tempo e as atividades escolares e como funcionam os mecanismos disciplinares de vigilância, punição e avaliação dos estudantes da instituição. Destaco que, o olhar para as normas e regras institucionais delimitam uma determinada maneira de compreender a instituição, mas que não abrange toda a sua complexidade e totalidade.

A disciplina e o espaço escolar

Foucault (2014) diz que a disciplina distribui os indivíduos no espaço e que “às vezes exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo e fechado em si mesmo” (p. 139). No IFTM, as cercas demarcam as dependências escolares e o âmbito institucional. Elas enclausuram os corpos dos indivíduos que compõem a comunidade escolar e por meio de diversas técnicas disciplinares, como os registros, os formulários, as catracas e os porteiros, propiciam o controle da entrada e saída dos indivíduos das dependências escolares. Assim, professores, técnicos, estudantes, famílias e visitantes para entrarem no espaço da instituição precisam se identificar na portaria e terem seu acesso permitido e registrado.

Os estudantes menores de idade da instituição têm o dever, conforme consta no Regulamento Disciplinar Discente (IFTM, 2016), de “comunicar à Coordenação de Apoio ao Estudante (CAE), ou equivalente, se menor de idade, sobre sua saída do ambiente institucional durante o horário das aulas” (p. 7). Também, de acordo com tal regulamento, os estudantes são proibidos de “ausentar-se da instituição sem prévia justificativa e autorização

do setor de Atendimento ao Estudante, ou equivalente, e/ou coordenação de curso, quando menor de idade” (p. 9).

No IFTM, a família autoriza a escola a liberar os filhos e a escola autoriza o estudante a sair da instituição. Algumas vezes os estudantes querem sair sem serem formalmente autorizados. Outras vezes, as famílias acham que seus filhos têm autonomia para saírem sozinhos e não entendem a necessidade da autorização. A escola diz que é necessário registrar a saída e que não pode liberar o estudante sem a autorização dos responsáveis. As cercas causam tensões na relação da escola com os estudantes e suas famílias.

Durante um tempo, discutiu-se no IFTM *campus* Uberlândia Centro se os estudantes do Ensino Médio Integrado poderiam ou não ausentar-se da instituição no horário de almoço. A maioria das famílias não concordava com a liberação. Diziam que era perigoso os filhos andarem sozinhos pelo bairro, que não se sentiam seguros com a liberação e que era responsabilidade da escola cuidar dos estudantes naquele horário. A escola questionava quais as suas responsabilidades legais com os estudantes durante esse horário e alegava a dificuldade de ter um servidor para acompanhá-los no horário do almoço. Os estudantes diziam ter autonomia para sair. Em conjunto com as famílias, decidiu-se pela liberação apenas dos estudantes que fossem autorizados pelos responsáveis. Assim, alguns estudantes foram autorizados, outros não. Com a liberação de apenas uma parte dos estudantes criaram-se novos procedimentos de controle (formulários, registros, cadastros, catracas, portarias), para garantir apenas a saída dos estudantes autorizados. Criou-se o “estudante autorizado a sair no horário do almoço” e o “estudante não autorizado a sair no horário do almoço”, o “estudante que saiu e não voltou”, o “estudante que saiu sem poder”, o “porteiro mais permissivo”, o “porteiro mais rígido”.

Por meio das diversas autorizações, família e escola alternam o controle sobre os corpos dos estudantes e em consequência, as suas responsabilidades para com eles. Na época, era comum ouvir no cotidiano da instituição que “da porta para dentro, responsabilidade da escola, da porta para fora, responsabilidade da família”. Essa fala aponta, dentre outras coisas, para os limites dos domínios e responsabilidades da instituição escolar. Ela expressa que a responsabilidade da escola é compreendida como somente relacionada com os acontecimentos produzidos no seu interior.

Buscando estabelecer limites do exercício do poder sobre os indivíduos, a instituição concilia suas responsabilidades com as famílias dos estudantes por meio das autorizações. Autorização para sair mais cedo, autorização para sair no horário do almoço, autorização para participar de evento, autorização para participar de visita técnica, autorização para receber benefícios e bolsas.

No interior das dependências escolares do IFTM, as cercas propiciam o controle da circulação e permanência dos indivíduos. Elas facilitam o controle nos corredores, banheiros, pátio, cantina, gramado e estacionamento. Com o auxílio das normas, delimitam os espaços permitidos, como o pátio e a lanchonete, e os proibidos, como a cantina dos servidores, o estacionamento e os laboratórios.

Na instituição é dever do estudante, de acordo com o Regulamento Disciplinar Discente (IFTM, 2016) “respeitar os locais de acesso restrito, solicitando permissão para a entrada e/ou permanência nos mesmos” (p. 8) e é proibido a ele “frequentar, sem autorização, os locais de acesso restrito” (p. 9). A proibição do acesso a alguns espaços cria o “espaço restrito” e a “permissão”, limitando ou impedindo o direito de “frequentar as dependências da instituição, observando as normas de acesso, conduta e permanência” (p. 5).

A instituição disciplina a relação dos estudantes com as dependências escolares, com os locais e materiais envolvidos nas atividades escolares. Na instituição, é considerado um dever do estudante, conforme o Regulamento Disciplinar Discente (IFTM, 2016) “manter a organização e a limpeza no local de estudo/atividades, bem como das máquinas e equipamentos” (p. 7). Também é um dever “zelar pela conservação das instalações e dependências, dos materiais, dos móveis e utensílios, dos equipamentos e máquinas, e de todo o material de uso individual e coletivo da instituição” (p. 7). No IFTM, um local adequado ao “desempenho acadêmico” deve ser limpo, organizado e conservado e o estudante deve aprender a virtude da limpeza, da organização e do zelo pelo patrimônio público.

É proibido aos estudantes, de acordo com o Regulamento Disciplinar Discente (IFTM, 2016) “retirar sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da instituição” (p. 9); “destruir, inutilizar ou furtar coisa pública ou alheia” e “causar danos de qualquer natureza ao mobiliário, aos equipamentos, ao acervo bibliográfico e/ou prédio (pichando, grafitando, escrevendo ou desenhando) ficando, inclusive, obrigado ao ressarcimento pelos eventuais prejuízos que causar” (p. 10). Desse modo, o estudante aprende que roubo, furto e danos devem ser evitados e que todo prejuízo que ele causar deve ser reparado por ele.

O estudante tem o dever de “responsabilizar-se pela guarda de seus pertences” e “indenizar os prejuízos quando produzir danos a instituição ou a objetos de propriedade alheia” (p. 7). É proibido ao estudante “danificar objetos pertencentes a outrem” (p. 9). Assim, a instituição vai se desresponsabilizando diante do que acontece com as posses individuais. Cada um deve cuidar do que é seu e em caso de perdas e roubos, a

responsabilidade é transferida para o estudante, que deveria ter cuidado melhor de seus pertences.

Os cercamentos e os regulamentos disciplinam a conduta dos estudantes em cada uma das dependências escolares. Os estudantes devem “aguardar o professor em sala de aula (...) não permanecendo nas áreas de circulação” (p. 7) e “manter o silêncio ou utilizar um tom de voz moderado (...) respeitando o período de atividades acadêmicas e administrativas” (p. 7).

Para Foucault (2014), o espaço disciplinar tende a se dividir em quantas parcelas forem necessárias enquanto houver corpos e elementos para se repartir. Assim, o espaço escolar do IFTM é dividido - sala de aula, sala dos professores, sala dos coordenadores, setores administrativos, biblioteca, sala da direção - pelo princípio da localização imediata ou do quadriculamento, que coloca “cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar um indivíduo” (p. 140).

As salas de aula ajudam a organizar os indivíduos no espaço. Para Foucault (2014), elas contribuem para “anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos; sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável; tática de antideserção, antivadiagem, de antiaglomeração” (p. 140).

Para Foucault (2014), a função principal do quadriculamento é “estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos” (p. 138). No IFTM cada indivíduo tem o seu lugar, cada servidor a sua mesa, cada estudante a sua carteira.

O lugar em que cada indivíduo é alocado compõe a função que lhe é atribuída. Foucault (2014) diz que por meio das regras das localizações funcionais, as disciplinas satisfazem a necessidade de “criar um espaço útil” (p. 141).

Estabelecendo o lugar e a função dos indivíduos no IFTM estão os seus regimentos. O Regimento Geral (IFTM, 2020a) “disciplina a organização, as competências, as atribuições e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, administrativas e acadêmicas” (p. 10) da instituição. O regimento é um instrumento que estabelece a estrutura e o funcionamento da administração, do regime acadêmico, da comunidade acadêmica e dos recursos institucionais.

Os regimentos são dispositivos que auxiliam na construção de um espaço útil na medida em que estabelecem os lugares, concretos e simbólicos, e as funções de cada um na hierarquia institucional. Um trecho do Regimento Geral (IFTM, 2020a) ilustra bem isso: “A comunidade acadêmica do IFTM é composta pelo corpo discente, docente e técnico administrativo, com funções e atribuições específicas, integradas em função dos objetivos e finalidades institucionais” (p. 96).

Distribuídos pelas salas de aula, nas “classes” ou “turmas”, estão os estudantes, sentados em carteiras enfileiradas, cada um, ocupando um lugar na fila. Foucault (2014) diz que a disciplina é a arte de dispor em fila, ela individualiza os corpos, os distribui e os faz circular numa rede de relações. Ferrari e Dinali (2012) apontam que o enfileiramento não ocorre apenas no nível do espaço físico, no modelo clássico das filas para ir ao banheiro ou para ir ao pátio, uma vez que “os alunos também são classificados por suas tarefas, seus resultados nas provas, idade, aproveitamento, série, isto é, uma sucessiva hierarquização do saber e das capacidades.” (p. 406). Assim, “nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra” (Foucault, 2014, p. 144).

A aplicação das provas no IFTM, assim como em diversas escolas, organiza, classifica e hierarquiza os estudantes com bom rendimento e mau rendimento, aqueles que

precisam fazer recuperações ou reprovar de ano, os que poderão ser monitores de disciplinas, os que podem ou não ser candidatos a representantes de turma devido ao histórico de indisciplina. Na sala de aula enfileiram-se os estudantes, com critérios específicos ou não. Enfileira-se os estudantes mesmo antes de seu ingresso efetivo na instituição, através de processo seletivo, sendo que essa lógica da hierarquização e classificação por meio de processos seletivos é bastante comum na instituição na oferta de bolsas de monitoria, pesquisa, extensão e assistência estudantil. Entre os diversos enfileiramentos produzidos pela instituição, a disciplina vai organizando a multiplicidade, impondo-lhe uma ordem para poder dominá-la (Foucault, 2014).

Em alguns momentos, os domínios da instituição ultrapassam as dependências escolares. Nessas circunstâncias, as atividades acadêmicas, como visitas técnicas, participações em eventos e aulas também estão submetidas às normas e regras da instituição. Representado pela sua “comunidade acadêmica”, o IFTM, mantém a sua identidade e funcionamento em outros espaços. O cercamento dos indivíduos não se dá somente pelos muros, grades e telas, mas também pelas normas e regras próprias da instituição escolar que organizam a forma como as atividades escolares devem ser realizadas, presencialmente ou virtualmente.

A disciplina e o tempo escolar

Para Foucault (2014), as disciplinas operam também pelo princípio de uma utilização crescente do tempo, extraindo dele cada vez mais instantes disponíveis e dos instantes, forças úteis. Para o filósofo, a escola é um exemplo de um aparelho utilizado para intensificar a utilização do tempo, impondo normas temporais, por meio dos sinais, apitos e comandos,

utilizadas para acelerar o processo de ensino e aprendizagem e ensinar a rapidez como uma virtude.

No IFTM as normas temporais são estabelecidas através de diversos regulamentos, como o Regimento Geral, o Projeto Pedagógico de Curso, resoluções e portarias. Um dos grandes instrumentos de controle do tempo escolar da instituição é o calendário acadêmico.

O Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Técnicos de nível médio do IFTM (IFTM, 2019) estabelece que o calendário acadêmico deve ser proposto pelos seus *campi*, devendo obedecer à legislação vigente e estar em consonância com instâncias superiores, como a Pró-Reitoria de Ensino, e ser submetido à análise e “possível aprovação” de outra instância superior, no caso o Colégio de Dirigentes. O tempo escolar do IFTM é legislado e submetido à aprovação de instâncias superiores, nem sempre com a garantia de aprovação, evidenciando uma lógica hierárquica que rege a regulamentação do tempo escolar.

O calendário acadêmico da instituição estabelece períodos (matrícula, rematrícula, inscrição em processo seletivo, férias escolares), datas limites (ajustes, trancamentos, defesas) e eventos (colação de grau, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia etc). Foucault (2014) diz que as disciplinas podem ser compreendidas como “aparelhos para adicionar e capitalizar o tempo” (p. 155). Nesse sentido, o calendário acadêmico se constitui como um instrumento para capitalizar o tempo na medida em que contribui para a organização de um tempo escolar

útil, dividindo o tempo em períodos, fixa datas, programa atividades e estabelece os dias letivos, os feriados e os recessos.

No IFTM, os cursos de nível médio/técnico e de nível superior possuem um regime anual de no mínimo 200 dias letivos, de acordo com a carga horária prevista no PPC de cada curso, sendo que o ano é dividido em dois semestres letivos, com 100 dias cada, conforme

consta no Regimento Geral (IFTM, 2020), em conformidade com a Lei 9.394/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Na instituição, a unidade curricular dos cursos de nível médio/técnico e dos cursos de nível superior, trata-se de um “conjunto de conhecimentos e atividades articulados entre si e correspondentes a um programa de estudos desenvolvido em um período letivo, com número de horas pré-fixadas” (IFTM, 2019, p. 42), sendo que cada unidade curricular possui uma determinada carga horária, dividida entre teórica e prática, da qual os estudantes têm que obter uma frequência mínima de 75% (IFTM, 2019, p. 42).

O PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado ao Ensino Médio (IFTM, 2020c) do IFTM *campus* Uberlândia Centro ilustra bem como é a divisão do tempo escolar no IFTM, uma vez que estabelece “3.167 horas distribuídas em três anos letivos, com aulas organizadas em módulos de 50 (cinquenta) minutos cada. Cada dia letivo é composto por nove módulos-aula, sendo cinco no período matutino e quatro no período vespertino” (IFTM, 2020c, 26-27). A carga horária do curso é dividida em anos, os anos em semestres, os semestres em dias, os dias em períodos, os períodos em módulos e os módulos em unidades curriculares.

Utilizando-se exaustivamente do tempo, dividindo-o em sequências separadas e ajustadas, estabelece-se uma quantidade de tempo que o estudante tem que cumprir realizando as atividades escolares para ser aprovado para o semestre, período ou ano seguinte.

O controle da frequência dos estudantes, por instrumentos como chamadas e listas de presença, permitem a medição do tempo e marcam o dia e o horário em que o estudante estava presente ou ausente da instituição. O tempo, por meio da frequência, torna-se um critério de aprovação ou reprovação. A infrequência conduz à reprovação e pode implicar na

perda de benefícios, tendo em vista que o pagamento do benefício da Assistência Estudantil pode ser rescindido, conforme consta no Regulamento do Programa de Assistência Estudantil “quando o estudante não houver obtido frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) no somatório das aulas ministradas em todas as unidades curriculares em que se encontra matriculado no período analisado” (IFTM, 2018, p. 13).

Lembro-me que na função de Responsável pelo Programa de Assistência Estudantil no *campus* Uberlândia Centro, ao acompanhar mensalmente a frequência dos estudantes beneficiados pelo Programa e ao solicitar justificativas para as suas faltas, deparava-me com situações em que os estudantes muitas vezes faltavam pois não tinham dinheiro para pagar o passe escolar, faziam hora extra no trabalho e não conseguiam chegar no horário da aula, realizavam acompanhamento de familiares em tratamentos médicos ou problemas de saúde do próprio estudante. Em alguns momentos tive que desligar estudantes do Programa que não obtinham a frequência mínima e não obtinham “justificativas plausíveis” para as suas faltas.

O horário é um instrumento de controle do tempo escolar. Para Foucault (2014), o horário é uma velha herança das comunidades monásticas que se difundiu rapidamente para os colégios, oficinas e hospitais e em relação à qual as disciplinas não tiveram dificuldade de se apropriar. No IFTM há o horário de funcionamento da instituição, dos setores, das aulas, de almoço e intervalo.

Ao controlar o tempo escolar pelo horário, a instituição procura garantir também a sua qualidade. Foucault (2014) diz que as disciplinas procuram garantir a qualidade do tempo, através de controle ininterrupto, pressão dos fiscais, anulação de tudo o que possa perturbar e distrair. Para garantir um tempo útil para as atividades escolares, busca-se eliminar os atrasos.

No IFTM, o estudante é proibido, conforme o Regulamento Disciplinar Discente (IFTM, 2016), de “chegar atrasado nas aulas ou demais atividades escolares, sem justificativa

plausível” (p. 9). Instauram-se catracas, registros de atrasos e autorizações de saídas antes do horário da aula. Em algumas situações o estudante atrasado só entra no próximo horário. Diz-se que o estudante atrasado atrapalha a aula, distrai os colegas e o professor. Registram-se os atrasos por meio de formulários específicos que contém informações como nome, data, horário e justificativa. O estudante tem que registrar o seu atraso no setor responsável e ser autorizado a entrar na sala de aula. Nem sempre o estudante atrasado faz o seu registro, indo diretamente para a sala de aula. Há professores que deixam os estudantes entrarem, outros não.

Diversas são as justificativas para os atrasos apresentadas pelos estudantes como por exemplo “fui ao médico”, “acordei atrasado”, “o meu pai é que me traz para a escola antes de ir para o trabalho” e “o ônibus atrasou”, ao que a instituição muitas vezes responde com um “você tem que acordar mais cedo” ou “você precisa se organizar melhor”. Em diversos momentos os mecanismos de controle dos atrasos geram conflitos com os estudantes, que muitas vezes se atrasam ainda mais para a aula enquanto esperam pelas autorizações para entrarem nas salas de aula.

Muitas vezes o tempo do estudante não condiz com o tempo da escola. Tem-se o estudante frequente e o infrequente. Nem sempre o estudante infrequente é olhado com atenção. Há um funcionamento institucional que vai aos poucos excluindo esse estudante da instituição escolar. Com a infrequência o estudante pode perder benefícios que deveriam ajudá-lo a manter a sua frequência e a permanência nos estudos, como é o caso do Programa de Assistência Estudantil. A infrequência conduz à reprovação nas unidades curriculares e muitas vezes o estudante não passa para a série, ano ou período seguinte.

Para além do período em que os estudantes estão na instituição, o seu tempo também é capturado e disciplinado quando estão fora da instituição, ocupado, por exemplo, por

leituras, preparação para apresentação de trabalhos, deveres de casa, estudos para as provas, dentre outras tarefas. Desse modo, o tempo dedicado aos estudos não se dá somente na escola, mas também em casa. Enquanto estão na escola, professores e técnicos desempenham a função de acompanhar o processo de ensino aprendizagem e em casa os pais devem assumir a função de verificar e acompanhar o desenvolvimento das atividades escolares. Nem sempre os pais possuem tempo disponível para exercer essa função, pois têm outros afazeres e obrigações.

Desse modo, a regulamentação do tempo escolar, por meio de instrumentos disciplinares como os regulamentos e o calendário escolar, disciplina a relação dos indivíduos membros da comunidade escolar - estudantes, professores, técnicos e familiares - capturando o tempo desses indivíduos dentro e fora da instituição e assim, como diz Foucault (2014) “o poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e garante a sua utilização” (p. 157).

A disciplina e as atividades escolares

As disciplinas operam também pelo controle das atividades e, no caso da escola, elas controlam as atividades escolares. Por atividade escolar entendo toda e qualquer atividade realizada em função da instituição escolar, seja ela acadêmica ou administrativa. Aulas, eventos, estágios, visitas técnicas, seminários, avaliações, acompanhamento pedagógico, reuniões e serviços administrativos são exemplos de atividades escolares.

Foucault (2014) diz que as disciplinas operam pela elaboração temporal do ato, que consiste muitas vezes em um programa que controla o desenrolar e as fases do ato. Entendo que as disciplinas controlam o desenrolar e as fases de cada uma das atividades escolares, inclusive do processo de ensino-aprendizagem.

Ferrari e Dinali (2012) citando Beltrão (2000), apontam que “os currículos, os programas e os planos de ensino nada mais são que grandes elaborações temporais de atos coletivos” (p. 407). Compreendo que o Projeto Pedagógico de Curso e os planos de ensino do IFTM são instrumentos que auxiliam no controle das atividades escolares.

Na instituição, o Projeto Político de Curso (PPC) dos cursos de nível médio/técnico e de nível superior é considerado “o instrumento de concepção de ensino e aprendizagem de um curso” (IFTM, 2019, p. 53). O PPC estabelece elementos como a organização curricular e a administração acadêmica (ingresso, periodicidade, turno, vagas, carga horária etc), as atividades acadêmicas (estágios, monitorias, visitas técnicas etc), unidades curriculares (ano, carga horária, ementa, objetivos, bibliografias etc) e a avaliação (sistema de avaliação, recuperação da aprendizagem, conselhos de classe etc). No IFTM, os PPC devem efetivamente apresentar “a interdisciplinaridade, a contextualização e a integração para a construção de conhecimentos e de competências desejadas e a adaptabilidade curricular às mudanças socioeconômicas e ambientais” (IFTM, 2019, p. 10). Além disso, ele passa por análise e aprovação de instâncias superiores, como o Conselho Superior.

Os planos de ensino também são instrumentos que disciplinam as atividades escolares, sobretudo o processo de ensino-aprendizagem. No IFTM, o plano de ensino é compreendido como o:

documento acadêmico que organiza e discrimina a ementa, os objetivos, os conteúdos programáticos, o processo avaliativo, a metodologia de ensino, os recursos didático-pedagógicos, o cronograma e a operacionalização das atividades a serem desenvolvidas pelo professor em cada unidade curricular em determinado período letivo (IFTM, 2019, p. 41).

Os planos de ensino da instituição devem ser elaborados pelos professores, levando em consideração “as necessidades e características da turma” (IFTM, 2019, p. 15), e submetidos à análise pedagógica do Núcleo de Apoio Pedagógico e da Coordenação do Curso. Eles são arquivados para fins de “acompanhamento das atividades docentes” (IFTM, 2019, p. 6) e para os “processos de regulação e de supervisão pelas instâncias superiores” (IFTM, 2019, p. 7).

Vale destacar que no IFTM, os estudantes têm o direito de “ter disponibilizado pelo professor, até o 15º dia (décimo quinto) dia letivo após o início da atividade curricular, o plano de ensino, contendo destacadamente as orientações detalhadas quanto aos critérios e instrumentos de avaliação” (IFTM, 2016, p. 6).

Os planos de ensino também se tornam instrumentos de controle dos estudantes sobre os professores, na medida em que possibilitam fiscalizar o desenrolar do processo de ensino-aprendizagem. Na instituição, o plano de ensino deve ser “elaborado de acordo com as necessidades e características da turma” (p. 15), no entanto, isso não garante, por exemplo, a participação dos estudantes na elaboração dos planos de ensino e na construção do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que o regulamento garante apenas a apresentação do plano de ensino pelo professor e não propõe, por exemplo, a construção conjunta desse plano de ensino.

No IFTM os PPC e os planos de ensino disciplinam todos os aspectos relacionados ao ensino, como por exemplo, o que se ensina, como se ensina e para que se ensina, sendo submetidos a instâncias institucionais superiores para análise e aprovação. Entendo que o controle das atividades escolares na instituição é materializado pelos registros, arquivos, documentos oficiais e pela análise, aprovação e fiscalização de instâncias superiores.

Compreendo que existe uma lógica de disciplinarização do processo de ensino-aprendizagem marcado pela hierarquização, planejamento, vigilância e controle. Nesse sentido, os PPC e os planos de ensino se constituem como instrumentos de disciplinarização do ensino, na medida em que controlam o desenrolar e as fases do processo de ensino-aprendizagem.

Regulamentadas as atividades escolares, inclusive o processo de ensino-aprendizagem, elas precisam ser realizadas. No IFTM, os estudantes têm o dever de “participar de solenidades e atividades acadêmicas, cívicas, culturais, artísticas, sociais, esportivas e recreativas, promovidas pela instituição e/ou em sua representação” (IFTM, 2016, p. 7).

Os diversos eventos promovidos pela instituição ilustram essas atividades das quais os estudantes devem participar. Tais eventos, previamente agendados no Calendário Acadêmico, mobilizam professores, técnicos e estudantes. Era comum a formação de comissões, compostas por professores, técnicos e estudantes para a organização dos eventos. Tais comissões, regulamentadas por Portarias próprias, deviam planejar, executar e avaliar os eventos escolares e eram formadas muitas vezes pela demonstração de interesse dos membros da comunidade escolar ou por indicação da Direção Geral.

Se por um lado a maioria dos estudantes participa dos eventos, também há os que resistem. Tem sempre o estudante, um técnico ou um professor que não participa dos eventos escolares. Buscando garantir a participação dos estudantes nos eventos que ocorriam nos auditórios dos *campi* Uberlândia Centro e Patrocínio, era comum que professores e técnicos verificassem as salas de aula, corredores e lanchonete para garantir a presença de todos nas atividades dos eventos. Era comum escolher o melhor horário para passar a lista de presença para garantir a participação até o fim.

Recordo-me de inúmeros eventos organizados no IFTM *campus* Uberlândia Centro, principalmente os eventos realizados no período noturno, em que era muito comum que os estudantes fossem embora logo após assinarem a lista de presença do evento, pois assim não ficariam com falta e garantiriam os seus certificados de participação. Era comum também que estudantes assinassem as listas de presenças para seus colegas que tivessem ido embora mais cedo. Lembro-me dos estudantes perguntarem que horas a lista seria passada e até mesmo se haveria certificados para aquela atividade, pois se não houvesse certificação não participariam do evento.

As listas de presença são utilizadas, em muitas situações, como um instrumento que ajuda a garantir a participação dos estudantes nos eventos escolares, uma vez que são por meio delas que são conferidos os certificados de participação. A lista de presença é um documento que comprova que o estudante participou do evento e que esteve presente na instituição naquele horário. Tais documentos de comprovação de presença são importantes para o percurso acadêmico do estudante, o que faz com que a participação no evento se efetive muitas vezes não pelo evento em si, mas pela obrigatoriedade de participar.

Para manter a qualidade do tempo das atividades escolares, busca-se eliminar também os sons que atrapalham. No IFTM o estudante tem o dever de “manter silêncio ou utilizar um tom de voz moderado nas proximidades das salas de aula, laboratórios, biblioteca, corredores e demais dependências da instituição, respeitando o período de atividades acadêmicas e administrativas”, conforme consta no Regulamento Disciplinar Discente (IFTM, 2016, p. 7).

Compreendo que na instituição o silêncio é um fator considerado importante para o desenvolvimento das atividades escolares. Para favorecer um “ambiente propício e adequado ao desempenho acadêmico” regulamenta-se a conduta do “corpo discente”, conforme consta no Regulamento Disciplinar Discente (IFTM, 2016, p. 7). Os estudantes devem fazer silêncio

ou falar em um “tom de voz moderado” para não comprometer o desenvolvimento das atividades escolares. Era comum no trabalho como assistente de alunos ter que pedir aos estudantes para falarem baixo, pois seu comportamento era considerado inadequado àquele ambiente, naquele determinado período.

O assistente de alunos, que no cotidiano se encarrega de chamar a atenção do estudante para que fale baixo ou mantenha silêncio se encarrega, muitas vezes, de impor ao estudante a necessidade de regular a sua conduta no que tange à sua voz e a sua expressão, com o objetivo de não atrapalhar o bom andamento das atividades escolares.

Para mim, na condição de assistente de alunos, que atuava como um vigilante e regulador da conduta dos estudantes, tal tarefa muitas vezes era difícil de ser realizada. Em alguns momentos tal ação era necessária, pois muitas vezes os estudantes não percebiam que suas atitudes comprometiam o trabalho de servidores e o estudo de seus colegas. Nesses momentos sentia que contribuía para a sua educação. Em outras circunstâncias, quando os estudantes estavam nos seus intervalos de aulas e se encontravam rindo e descontraindo, sentia-me tolhendo as expressões dos estudantes, o que muitas vezes soava violento.

Em alguns momentos, o celular é considerado um elemento que atrapalha as atividades escolares porque distrai o estudante, pode perturbar a aula ou prejudicar a aprendizagem. No IFTM, de acordo com o Regulamento Disciplinar Discente (IFTM, 2016) os estudantes são proibidos de “usar, sem o consentimento do professor, telefone celular ou outros equipamentos eletrônicos durante as atividades acadêmicas” (p. 9). Entendendo o celular como um elemento que não favorece o “desempenho acadêmico”, a instituição proíbe seu uso durante as atividades escolares e o subordina à autorização do professor.

O uso do celular é comum nas dependências da instituição. Em todos os locais vê-se indivíduos utilizando celular para uma infinidade de tarefas. Pelo celular, se estuda, trabalha

ou descansa. Também tem sido cada vez mais comum a integração do celular nas atividades acadêmicas da instituição. Muitos professores têm incorporado o celular nas suas práticas pedagógicas e vêm estabelecendo relações mais amistosas com o encontro da tecnologia com a educação.

No entanto, em alguns momentos, o uso do celular tensiona a relação entre professor e estudante. Lembro-me de uma situação que presenciei numa tarde de trabalho. Um professor entrou na sala da Coordenação de Apoio ao Estudante (CAE). Registrou uma ocorrência disciplinar para uma estudante que estava usando o celular na sala de aula. Ele alegou que pediu várias vezes para a estudante guardar o celular, mas ela não obedeceu. Ele entregou o celular para a servidora, que guardou o celular. No final da aula a estudante pegou o celular e foi advertida. A instituição avisou a família da situação ocorrida.

Nessa situação, o professor julgou que o uso do celular por aquela estudante atrapalhava a sua aula e, ao não conseguir resolver a situação com a estudante, que não o obedeceu, ele recorreu ao setor que faz cumprir as normas, no caso a CAE, para garantir uma boa qualidade do tempo da sua aula.

Nas minúcias do Regulamento Disciplinar Discente (IFTM, 2016), encontram-se também valores que guiam o cumprimento das atividades escolares, uma vez que é dever do estudante “cumprir e realizar as atividades acadêmicas com compromisso, assiduidade e pontualidade” (p. 7), “comparecer às atividades curriculares pontualmente, portando documento de identificação com foto exigido pela instituição e usando vestimentas adequadas e/ou previstas em normas próprias” (p.7) e “apresentar-se às atividades curriculares com o material didático necessário para a sua efetiva participação nos trabalhos/atividades acadêmicas” (p. 8). O estudante ideal do IFTM comparece à escola na hora, de uniforme, com carteirinha e com os materiais escolares.

Na instituição, conforme o Regulamento Disciplinar (IFTM, 2016), é proibido ao estudante “agir de forma indisciplinada e desrespeitosa nas aulas e demais atividades escolares” (p. 8). Compreendo que na instituição a indisciplina e o desrespeito são elementos que se devem eliminar, pois comprometem o desenvolvimento de um ambiente adequado ao “desempenho acadêmico”. Espera-se que o estudante do IFTM se comporte de maneira disciplinada e respeitosa durante as atividades escolares. Desse modo, a disciplina e o respeito são valores importantes e reforçados para se obter os resultados esperados.

Nesse sentido, o IFTM voltando a sua formação para o trabalho, busca garantir que o estudante pontual, comprometido, assíduo, disciplinado e respeitador de hoje, seja o trabalhador pontual, comprometido, assíduo, disciplinado e respeitador de amanhã.

O professor tem um papel importante na condução das atividades escolares da instituição. Conforme consta no Regulamento Disciplinar Discente (IFTM, 2016), os estudantes devem “aguardar o professor em sala de aula e/ou demais dependências voltadas para as atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), não permanecendo nas áreas de circulação” (p. 9) e são proibidos de “ausentar-se da sala de aula sem autorização do professor, quando for o caso” (p. 9).

Ao propor que os estudantes esperem o professor na sala de aula, compreende-se que o professor é quem controla as atividades escolares e enquanto o professor não chega, os estudantes devem esperar. No entanto, no cotidiano escolar, enquanto o professor não chega, alguns estudantes permanecem nas salas de aula, conversando ou usando o celular, enquanto outros aproveitam alguns minutos para ir ao banheiro, beber água ou dar um passeio pela escola.

De um modo geral, as atividades escolares no IFTM estão submetidas à disciplina, que exerce seu domínio e controle por meio dos programas que definem o desenrolar e as

fases das atividades escolares e do processo de ensino-aprendizagem. Os processos de ensino aprendizagem na instituição são disciplinados, hierarquizados, regulados, controlados e avaliados. Esse controle se exerce por meio dos registros, arquivos, documentos oficiais e submissão à análise, aprovação e fiscalização de instâncias superiores. Para garantir um ambiente adequado e propício ao “desempenho acadêmico”, o IFTM busca eliminar os fatores que podem atrapalhar a qualidade do tempo, como por exemplo o atraso, o barulho, o celular, o desrespeito e a indisciplina. Nesse processo de disciplinamento, os atrasos, a recusa em participar das atividades, o uso do celular, as conversas em tom de voz mais elevado surgem como tensões. A pontualidade, o compromisso, a assiduidade, a disciplina e o respeito são deveres dos estudantes que visam garantir o desenvolvimento das atividades escolares na instituição, e que também produzem indivíduos pontuais, compromissados, assíduos, disciplinados e respeitadores preparados para o mundo do trabalho.

A disciplina e a vigilância dos estudantes

Para Foucault (2014) o poder disciplinar pressupõe a existência de “um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam” (p. 168). Dessa forma, as câmeras de segurança, presentes não apenas no IFTM, mas cada vez mais comuns nas instituições escolares, constituem um mecanismo de vigilância constante e que vê tudo, pois são colocadas sempre em lugares estratégicos.

As câmeras que tudo veem são também para onde os olhares convergem, pois sempre que alguém pensa em agir de maneira a desrespeitar as regras e normas, existe o lembrete “sorria, você está sendo filmado” e ela se torna um inibidor da ação do indivíduo, exercendo sobre ele um poder coercitivo. É comum também se recorrer às gravações para se procurar os

responsáveis por atos de indisciplina quando não se identifica na hora o culpado. Com o registro das imagens, as câmeras permitem ver as ações mesmo depois da sua ocorrência.

Contudo, a vigilância das câmeras não abrange todos os lugares, como por exemplo os banheiros. Lembro-me de uma vez em que as divisórias do banheiro masculino do *campus* Uberlândia Centro haviam sido pichadas. A pichação foi identificada pelas servidoras responsáveis pela limpeza da instituição e o diretor foi informado. O estudante não foi encontrado e a pichação foi apagada. Nesse caso, a vigilância foi falha.

De acordo com Foucault (2014), a vigilância foi integrada ao dispositivo disciplinar como uma função que aumenta seus efeitos, tornando-se necessário decompor suas instâncias para aumentar a sua função produtora e assim torná-la funcional. Dessa forma, a disposição das carteiras nas salas de aula, colocadas em fileiras diante do professor que fica em pé à frente da sala, tão comum no IFTM, mas também em outras escolas, permite que o professor consiga, ao mesmo tempo que ensina, vigiar cada um dos estudantes por meio do olhar e identificar aqueles que não estão prestando atenção na aula, que estão conversando, utilizando o celular ou dormindo, permitindo que o mesmo possa chamar a atenção dos estudantes.

Mesmo em uma organização da classe em círculos, muito comum quando se tenta romper com a dita “educação bancária”, a vigilância ocorre entre todos, pois cada estudante é obrigado pelo olhar de todos a participar e se envolver na aula, muitas vezes de maneira coercitiva.

A figura dos assistentes de alunos cumpre uma função semelhante a do antigo “inspetor escolar”, na medida em que muitas vezes são convocados a circular pelo interior da escola a fim de verificar quaisquer irregularidades no comportamento dos estudantes, realizar

um registro de tais situações e reportar para o setor responsável para aplicação das medidas de punição necessárias.

Os vigilantes e guardas patrimoniais exercem a vigilância sobre os indivíduos como um mecanismo de proteção e conservação do patrimônio público nas dependências escolares. Proteção do patrimônio por meio da contínua vigilância exercida pelos guardas que inibem ações e comportamentos que, por ventura, possam se voltar contra as dependências escolares e causar prejuízos ou danos ao patrimônio.

Vigiados nos corredores da instituição pelos assistente de alunos, vigilantes, guardas patrimoniais e pelas câmeras, os estudantes procuram, em alguma medida, resistir à vigilância. Escondem-se nos cantos dos corredores para namorar enquanto algum funcionário não aparece. Saem escondidos no estreito momento de tempo em que alguém se ausenta da portaria. Colam nas avaliações no menor descuido do professor.

Conforme Foucault (2014) estão integrados na escola "o ensino propriamente dito, a aquisição dos conhecimentos pelo próprio exercício da atividade pedagógica, enfim, uma observação recíproca e hierarquizada" (p. 173). Para o filósofo, "uma relação de fiscalização, definida e regulada, está inserida na essência da prática do ensino: não como uma peça trazida ou adjacente, mas como um mecanismo que lhe é inerente e multiplica a sua eficiência" (p. 173).

A chamada que é feita pelos professores em cada aula e em cada turma, que serve para definir as presenças e as ausências, é mecanismo de controle dos estudantes, definido inclusive por legislação. Ferrari e Dinali (2012) entendem a chamada como "um aparelho de observação e registro que permite comparações, classificações, hierarquizações" (p. 410). Ela é usada para medir a frequência dos estudantes e caso eles não obtenham a frequência desejada e definida previamente eles poderão ser reprovados na série ou naquela disciplina

específica. A identificação dos estudantes infrequentes poderá também acarretar em um controle da escola sobre eles, quando as coordenações de cursos e o apoio pedagógico ou ao estudante entram em contato com a família dos estudantes para averiguar a sua situação de permanência na instituição.

Para Foucault (2014) a vigilância hierárquica torna o poder disciplinar um sistema integrado e organizado como um poder múltiplo, automático e anônimo. Isso acontece pois a vigilância se assenta sobre os indivíduos e funciona como uma rede de relações de alto a baixo, baixo para cima e lateralmente. Os regulamentos ilustram bem essa característica do anonimato, na medida em que aparecem como uma lei suprema, que deve ser respeitada sempre e acima das vontades individuais fazendo com que o assistente de alunos não seja responsável pessoalmente pela vigilância que realiza.

No IFTM, de acordo com o Regimento Geral (IFTM, 2020a), “O Diretor-Geral de *Campus* que tiver conhecimento de irregularidade no âmbito de sua responsabilidade é obrigado a promover a sua imediata apuração, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando ao servidor a ampla defesa” (p. 44). Assim, o diretor vigia os servidores, professores e técnicos, e os estudantes para manter a regularidade e a normalidade. As irregularidades e anormalidades devem ser resolvidas por processo administrativo disciplinar. No entanto, como o diretor não vê tudo o que ocorre na instituição, outros diversos agentes institucionais exercem essa vigilância, como professores, técnicos-administrativos e terceirizados.

Na instituição, conforme o Regulamento Disciplinar Discente (IFTM, 2016), o estudante tem o direito de “recorrer junto à direção geral do *campus*, ou diretoria correspondente, contra atitudes e omissões de colegas e/ou de servidores da instituição, quando se sentir lesado em seus direitos” (p. 5). Com efeito, o estudante pode vigiar o

professor e os seus próprios colegas e recorrer às instâncias hierárquicas superiores para denunciar as “irregularidades”, situações que prejudiquem “o bom andamento” das atividades escolares.

Na instituição, uma vigilância constante é exercida sobre o desenrolar das atividades escolares e sobre o processo de ensino-aprendizagem visando garantir a execução das atividades regulamentadas e planejadas para conquistar um bom “desempenho acadêmico”. A vigilância no IFTM é uma prática que visa auxiliar na manutenção da regularidade das atividades escolares e da conduta dos indivíduos. Identificada uma irregularidade, a hierarquia é utilizada como um instrumento de manutenção da regularidade.

Dessa maneira, as hierarquias funcionam como formas de vigilância complexas onde cada nível hierárquico superior vigia o nível inferior, porém, da mesma maneira que um professor vigia seus alunos, os alunos exercem também uma espécie de vigilância em relação ao professor, exercendo sobre ele um poder. Assim, os professores também vigiam os diretores, na medida em fiscalizam seu trabalho e exercem suas cobranças, dessa forma, professores, estudantes, diretores e todos os agentes escolares são, como diz Foucault (2014) “fiscais perpetuamente fiscalizados” (p. 174).

A disciplina e a punição dos estudantes

Para Foucault (2014), na essência dos sistemas disciplinares funciona um mecanismo penal que possui suas próprias leis, seus delitos, suas formas de sanção e sua instância de julgamento. No IFTM, o Regulamento Disciplinar (IFTM, 2026) é uma das formas de expressão desse mecanismo penal, na medida em que esse regulamento “estabelece as normas disciplinares discentes do IFTM, com seus direitos e deveres, tendo em vista o

favorecimento de um ambiente propício e adequado ao desempenho acadêmico” (IFTM, 2016, p. 4)².

No IFTM, as normas disciplinares que os estudantes devem seguir visam, sobretudo, garantir um bom resultado no processo de ensino-aprendizagem. Com esse foco nos resultados, as normas disciplinares regulamentam a conduta dos estudantes e com isso contribuem para o processo de docilização dos corpos, medida que visa tornar todo o corpo discente obediente e eficiente.

A instituição dispõe da CAE para garantir o cumprimento das normas disciplinares discentes, uma vez que a este setor compete, conforme o Regimento Interno do *campus* Uberlândia Centro (IFTM, 2020a), “pautar as ações sob sua responsabilidade a partir do Regulamento Disciplinar do Corpo Discente” (p. 32) e “divulgar e disponibilizar à comunidade acadêmica o Regulamento Disciplinar do Corpo Discente, bem como pautar as ações institucionais a partir do mesmo” (p. 33). Dessa maneira, a CAE visa promover a garantia dos direitos dos estudantes, mas visa também fiscalizar o cumprimento dos seus deveres e das normas disciplinares, aplicando as penalidades nos casos de infrações disciplinares previstas no referido regulamento.

Os assistentes de alunos, lotados na CAE do IFTM, possuem a atribuição de fazer cumprir as normas previstas no Regulamento Disciplinar Discente (IFTM, 2026), sendo cotidianamente, solicitados a intervirem em situações consideradas irregulares para advertir os estudantes. Muitas vezes, nesse procedimento institucional, os demais servidores da instituição acabam por se desresponsabilizar diante do processo educativo dos estudantes.

²Vale destacar que o IFTM não possui normas disciplinares específicas para os servidores (professores e técnico-administrativos), sendo que de acordo com o Regimento Interno (IFTM, 2020) o regime disciplinar dos servidores “considera normas, regulamentos e as legislações específicas sobre a ordem disciplinar e sanções aplicáveis, bem como os recursos cabíveis, previstos pela legislação federal” (p. 97).

Recordo-me de uma situação em que um servidor técnico-administrativo compareceu à CAE para comunicar que havia um casal de namorados deitados de maneira, considerada por ele, inadequada e solicitar que um servidor fosse chamar a atenção dos estudantes. A servidora foi até os estudantes, os chamou para a sala da CAE e disse a eles que não podiam namorar no ambiente da escola, pois o local não era adequado para isso.

A solicitação de um servidor ao seu colega de trabalho para chamar a atenção do casal de namorados exemplifica como esse mecanismo penal disciplinar pode ser acionado. Ele possibilita a vigilância de todos os membros da comunidade escolar entre si e permite que os servidores e estudantes acionem instâncias hierárquicas superiores para manter a regularidade no ambiente escolar, principalmente por meio da punição.

Para Foucault (2014), as disciplinas reprimem por meio de uma micro penalidade do tempo, da atividade, da maneira de ser, dos discursos, do corpo e da sexualidade. Assim, comportamentos como atrasos, ausência, desatenção, falta de zelo, desobediência, tagarelice, sujeira, indecência são comumente punidos nas instituições disciplinares, conforme apontado pelo filósofo.

No IFTM, o Regulamento Disciplinar Discente (IFTM, 2016) estabelece as “infrações disciplinares”, que são um conjunto de comportamentos passíveis de penalidades e com isso, a instituição produz as suas indisciplinas com suas micro penalidades. De acordo com o Regulamento Disciplinar (IFTM, 2016) “desacatar as normas e regulamentos da instituição” (p. 8) é considerado uma infração disciplinar, portanto, uma indisciplina. Desse modo, o estudante que não se comporta de acordo com as normas estabelecidas pelos diversos regulamentos e regimentos pode ser penalizado e torna-se um estudante indisciplinado.

As normas disciplinares pretendem regulamentar a conduta dos estudantes penalizando um variado conjunto de comportamentos, tais como “difundir textos, sons,

gestos e imagens obscenas ...” (p. 8) e “apresentar comportamentos ou usar vestimentas que atentem ao pudor” (p. 9); “incitar ou praticar atos libidinosos ...” (p. 10), “danificar objetos pertencentes a outrem” (p. 9), “destruir, inutilizar ou furtar coisa pública ou alheia” (p. 10) e “danificar o patrimônio ... da instituição” (p. 10), “agredir fisicamente qualquer pessoa dentro da Instituição” (p. 9), “desrespeitar, ofender, provocar, desacatar com palavras, gestos ou atos que ameacem a integridade física e/ou moral ...” (p. 10), “agir de forma discriminatória e/ou com caráter preconceituoso em relação à diversidade racial, cultural, religiosa e de gênero” (p. 10), “participar de trote que provoque danos físicos, morais e psicológicos ou outras formas de constrangimento” (p. 10), “portar ou usar armas de fogo ou armas brancas” (p. 10), “portar materiais inflamáveis ou explosivos ...” (p. 10), “fumar nas dependências da Instituição, ...” (p. 9), “portar, induzir outros e/ou fazer uso de substância alcoólica, tóxica, entorpecente ou produtos alucinógenos ...” (p. 10), “fumar nas dependências da Instituição, ...” (p. 9), “portar, induzir outros e/ou fazer uso de substância alcoólica, tóxica, entorpecente ou produtos alucinógenos ...” (p. 10), “exercer atividades político-partidárias ...” (p. 9) e “impedir a entrada de colegas às aulas ou concitá-los a faltas coletivas” (p. 9), “cometer irregularidade que atente contra o direito autoral e o uso de nome alheio” (p. 9), “praticar agiotagem, jogos de azar, fazer apostas, ... transação pecuniária de qualquer natureza” (p. 9).

As normas disciplinares nesta instituição disciplinam o comportamento dos estudantes relacionados à moralidade, sexualidade, vestimentas, roubo, dano ao patrimônio, violência, drogas, política, dinheiro e propriedade intelectual.

O Regulamento Disciplinar Discente (IFTM, 2016) estabelece como infração disciplinar agir, em determinadas situações, sem autorização. É proibido ao estudante “frequentar, sem autorização, os locais de acesso restrito” (p. 9), “distribuir impressos,

divulgar folhetos, fazer publicações em imprensa falada, escrita ou televisada em nome da Instituição, sem autorização expressa do Diretor Geral do Campus” (p. 9), “ausentar-se da sala de aula sem autorização do professor, quando for o caso” (p. 9), “ausentar-se da instituição sem prévia justificativa e autorização do setor de Atendimento ao Estudante, ou equivalente, e/ou coordenação do curso, quando menor de idade” (p. 9), “permanecer, sem autorização, nas salas de aula ou laboratórios após o término das atividades” (p. 9).

A autorização expressa, ao meu ver, uma relação marcada por uma hierarquia, na qual o nível superior, normalmente um adulto, exerce um controle sobre o nível inferior, normalmente um adolescente, por meio de uma autoridade que tem o poder de decidir sobre o que pode ou não ser feito. Entendo a autorização como um instrumento de controle dos corpos na medida em que impede o acesso e a permanência em determinados espaços da instituição; impede as ausências e permite o controle das presenças nas atividades escolares e as publicações que podem ou não ser feitas em nome da instituição.

Os estudantes que agem sem a autorização dos seus superiores são considerados indisciplinados. Entendo que a autorização controla e disciplina os corpos e como um de seus efeitos, produz estudantes indisciplinados. A autorização estabelece uma relação em que o estudante deve pedir uma permissão ao professor, ao técnico e ao diretor, que no meu entendimento constrói relações de submissão entre adolescentes e adultos nos processos ligados à educação escolar.

O Regulamento Disciplinar Discente (IFTM, 2016) estabelece também as penalidades disciplinares. Para Foucault (2014) a disciplina possui uma maneira específica de punir, sendo ela um modelo reduzido do tribunal. A penalidade disciplinar se volta aos desvios, tudo o que não observa as regras, que não se adequa ou que se afasta delas, ou seja, tudo o que não está em conformidade com as regras. No IFTM, o regulamento disciplinar institui e

regulamenta o Conselho de Ética Discente que, assemelhando-se a um tribunal, registra, analisa e aplica as penalidades disciplinares para aqueles que agiram de maneira a não observarem as regras e normas institucionais.

Na instituição, o Conselho de Ética do Corpo Discente, conforme consta no Regulamento Disciplinar Discente (IFTM, 2016), é regido por tal regulamento e deve ser criado pela Coordenação Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão, ou equivalente, e em articulação com a Direção Geral de cada *campus*. Algumas de suas atribuições, conforme o regulamento, é divulgar a sua existência como “órgão oficial disciplinar discente” (p. 14).

O castigo disciplinar, para Foucault (2014), tem a função de reduzir os desvios e é essencialmente corretivo. Na instituição, quando um estudante não se comporta conforme as regras e normas, a sua conduta pode ser punida com advertência verbal ou escrita, suspensão ou desligamento, que vai depender da infração cometida pelo estudante. Em algumas situações, a advertência escrita é dada quando o estudante já foi anteriormente advertido verbalmente e o desligamento ocorre depois de quatro penalidades de suspensão. Assim, a instituição vai corrigindo o comportamento do estudante aos poucos, como um exercício, pois “castigar é exercitar” (Foucault, 2014, p. 177), de forma que ele vá se adequando, para em último caso, ser expulso da instituição.

Recordo-me de um estudante que foi desligado da instituição. Tal estudante não se comportou conforme as normas e regras previstas no Regulamento Disciplinar Discente (IFTM, 2026). Foi advertido verbalmente, em seguida foi advertido por escrito 3 vezes. Foi suspenso 3 vezes e em seguida, desligado. Interpelou recurso contra o desligamento, sendo este indeferido. Cumpru seu ritual. Teve suas chances e foi expulso. “Que sirva de exemplo para os outros” era uma justificativa que se dizia. Tal justificativa não era aceita por todos. Havia aqueles que se opuseram ao desligamento, mas nada podiam fazer.

A penalidade disciplinar, para Foucault (2014), é um elemento de um sistema duplo de gratificação-sanção. Esse mecanismo tem a dupla função de qualificar os comportamentos, a partir de valores opostos entre bem e mal, e de quantificar esses mesmos comportamentos, realizando um balanço e hierarquizando os bons e os maus indivíduos (Foucault, 2014).

De acordo com Foucault (2014) a divisão que a disciplina faz em classificações ou em graus tem a função de “marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também de castigar e recompensar” (p. 178).

O sistema de notas do IFTM é um bom exemplo de como a disciplina classifica e gratifica os indivíduos, pois aqueles que têm um bom aproveitamento, medido pelas boas notas, poderão ser recompensados tendo vantagem em processos seletivos dentro da instituição, como por exemplo para receber bolsas de monitoria, extensão ou pesquisa.

As notas também marcam os desvios, ou seja, aqueles que não conseguem ter o aproveitamento mínimo, ou possuem notas ruins, geralmente viram tema de discussão nos conselhos de classe e mobilizam pedagogos, técnicos em assuntos educacionais e professores a pensarem estratégias de auxílio para o estudante recuperar a sua nota. Almejar boas notas para não reprovar e ter vantagens em processos seletivos é exemplo desse mecanismo de castigos e recompensas.

Desse modo, tanto o registro de ocorrência disciplinar e a atribuição das notas e pontos são instrumentos que permitem classificar os bons e os maus estudantes, os que têm mais aptidão para determinadas áreas, o que cada um precisa estudar mais, por ter dificuldade, quem será aprovado ou reprovado, o estudante disciplinado e o estudante indisciplinado. Esse sistema cria o bom e o mau aluno, o repetente, o indisciplinado, o que tem dificuldade. Dessa forma, por meio do jogo das promoções que possibilitam hierarquias e

lugares institucionais, a disciplina recompensa, e por meio do rebaixamento e degradação, ela pune.

Para Foucault (2014), a penalidade hierarquizante tem um efeito duplo: distribuir os estudantes de acordo com as suas aptidões e comportamentos e exercer uma pressão constante sobre eles, de forma que todos sejam submetidos ao mesmo modelo a fim de se tornarem parecidos. Dessa forma, todos têm que ter a nota mínima para ser aprovados, conforme os projetos políticos pedagógicos de cada curso e legislações educacionais, todos têm que se comportar adequadamente, da mesma maneira, conforme o regulamento disciplinar.

Desse modo, a “arte de punir”, como diz Foucault (2014), não visa expiar e nem reprimir, ela visa normalizar. Para Foucault (2014) a penalidade disciplinar relaciona os atos, os desempenhos e os comportamentos singulares a um conjunto, que tem a função de ser um campo de comparação, diferenciação e princípio de uma regra que deve ser seguida. A diferenciação dos indivíduos em relação uns aos outros por meio da comparação pelo conjunto, a medição e a hierarquização das capacidades, do valor e da natureza dos indivíduos traça um limite que define “a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal” (Foucault, 2014, p. 179).

Assim, para Foucault (2014), surge na modernidade o poder da Norma e a regulamentação se torna um dos grandes instrumentos de poder. Para o filósofo, no ensino, o normal estabelece o princípio da coerção por meio da instauração de uma educação padronizada e da criação das escolas normais.

Atualmente, percebe-se o papel fundamental da regulamentação da educação. Por meio dos regulamentos se estabelece os objetivos das instituições de ensino, a sua estrutura de funcionamento, as hierarquias, a função de cada indivíduo, os direitos e deveres de todos

os membros da instituição, as penalidades para cada infração. Assim, todo o processo de ensino está regulamentado, e tanto os conhecimentos que podem e devem ser ensinados quanto a conduta dos indivíduos no seu contato com a educação passam a ser regulamentados. Dessa maneira, “o poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras.” (Foucault, 2014, p. 181).

A disciplina e a avaliação dos estudantes

A disciplina dispõe do exame, que combina a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora, se caracterizando sobretudo, conforme aponta Foucault (2014), como “um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir” (p. 181). O exame é muito comum na escola, sendo que, para Foucault (2014), na modernidade, esta instituição se tornou “uma espécie de aparelho de exame ininterrupto que acompanha em todo o seu comprimento a operação do ensino” (p. 182).

No IFTM, esse aspecto examinatório da disciplina se expressa principalmente através das avaliações, sobretudo na avaliação da aprendizagem, que é considerada “parte integrante do processo de ensinar e aprender” (IFTM, 2019, p. 34), evidenciando que avaliar faz parte de todo o processo de ensino-aprendizagem e como a escola se dedica constantemente ao ato de examinar.

Desse modo, a avaliação está presente nesta instituição desde o ingresso dos estudantes. Os candidatos a uma vaga no Ensino Médio Integrado são submetidos a um processo seletivo, mediante uma prova e classificados e agrupados conforme as suas notas, bem como os candidatos a uma vaga no Ensino Superior são selecionados por meio de sua nota no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Na instituição, a avaliação deve ser “contínua e cumulativa e seus resultados computados ao final de cada período avaliativo” (IFTM, 2019, p. 35), sendo que, através delas os resultados qualitativos referentes aos aspectos atitudinais e os resultados obtidos nas atividades avaliativas são quantificados (IFTM, 2019). Assim, no decorrer do ano letivo os estudantes são avaliados em todas as disciplinas e um balanço de suas notas e de seu desempenho acadêmico é realizado trimestralmente, no caso do Ensino Médio Integrado, ou semestralmente, no caso dos estudantes do Ensino Superior.

Para Foucault (2014) o exame permite ao mestre transmitir o seu saber e constituir um campo de conhecimentos sobre seus alunos, nesse sentido, o exame se constitui como uma troca de saberes, pois garante a transmissão do saber do mestre ao aluno e retira do aluno um saber destinado e reservado ao mestre, dessa forma, a escola examinatória passa a se tornar o local de elaboração da Pedagogia.

Para Foucault (2014) o exame é um mecanismo de exercício do poder que está ligado à formação de um saber. Desse modo, os instrumentos utilizados nas avaliações dos estudantes garantem também essa transmissão do saber. No IFTM, de acordo com o Regulamento da Organização Didático Pedagógica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFTM, "os instrumentos de avaliação devem ter caráter diagnóstico, formativo, contínuo e processual" (IFTM, 2019, p. 36). Diversos são os instrumentos de avaliação previstos no referido regulamento, tais como trabalhos individuais e/ou coletivos, relatórios, provas, seminários, projetos interdisciplinares, etc.

Através desses instrumentos de avaliação se realiza um diagnóstico do desempenho do estudante a partir dos seus resultados. Por meio dos resultados nas avaliações, o professor obtém um saber sobre o estudante a respeito daquilo que este sabe e utiliza esse saber para “a identificação dos avanços e dificuldades dos estudantes, com vistas ao redimensionamento do

trabalho pedagógico na perspectiva da melhoria do processo de ensino e aprendizagem” (IFTM, 2019, p. 36).

O poder disciplinar, na concepção de Foucault (2014) impõe uma visibilidade constante àqueles que são submetidos por ele, pois “na disciplina são os súditos que tem que ser vistos” e “é o fato de ser visto sem cessar, de sempre poder ser visto, que mantém sujeito o indivíduo disciplinar” (p. 183).

A aplicação da Avaliação Integradora realizada no IFTM *campus* Uberlândia Centro no final de cada trimestre é um exemplo dessa visibilidade constante a que os estudantes são submetidos no ritual do exame. São escolhidos dentre os servidores os fiscais de sala, que são aqueles que serão responsáveis por aplicar a prova e vigiar os estudantes enquanto fazem a prova e garantir que ninguém cole, e são escolhidos também os fiscais de corredor, para acompanhar os estudantes até o banheiro e impedir que fiquem andando pelos corredores ou se comuniquem com outros estudantes. Dessa forma, durante a aplicação do exame os estudantes são vistos o tempo todo e por serem vistos, se mantêm, em alguma medida, assujeitados.

A aplicação das avaliações constitui um ritual no qual o professor ou um técnico deve conduzir a aplicação para garantir que os estudantes não fraudem as avaliações e coibir a cola. Além do mais, na instituição, conforme o Regulamento Disciplinar Discente (IFTM, 2016) é proibido ao estudante “usar de meios ilícitos ou agir de forma fraudulenta e antiética para realizar atividades avaliativas (...)” (p. 9). Dessa maneira, existe um instrumento disciplinar que estabelece uma espécie de moralidade na aplicação das avaliações que submete o estudante a aderir ao exame, ressaltando aspectos relativos à sua integridade moral. Assim, o estudante que cola, além de indisciplinado, é considerado antiético.

Além de exercer uma visibilidade sobre aqueles que são objetos do poder disciplinar, para Foucault (2014), o exame faz com que a individualidade entre em um campo documentário por meio de um sistema de registro intenso e de acumulação de documentos, cujo resultado é um arquivo com “detalhes e minúcias que se constitui no nível dos corpos e dos dias” (Foucault, 2014, p. 185). Assim, por meio dos exames, o IFTM tem um histórico de cada um de seus alunos, desde seus dados pessoais que se encontram na secretaria, as suas notas e seu desempenho até o seu comportamento.

Para Foucault (2014), nas engrenagens da disciplina, está um poder de escrita disciplinar que acompanha o exame, este permite que o indivíduo se constitua como objeto de análise e descrição para manter um saber permanente sobre os indivíduos, a fim de controlar seus traços singulares, sua evolução particular, suas aptidões e capacidades próprias. Além disso, esse aparelho de escrita disciplinar permite a constituição de um sistema comparativo que possibilita a “medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa de desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa população” (Foucault, 2014, p. 186).

Esse modelo de escrita disciplinar se expressa no IFTM por meio dos conceitos atribuídos de acordo com o percentual obtido no resultado das avaliações. De acordo com o desempenho é atribuído um conceito ao estudante que pode ser A, B, C ou R. O conceito A é atribuído quando o estudante atinge seu desempenho com "excelência" e obtém um percentual de 90 a 100; o conceito B é atribuído ao estudante que atinge seu desempenho com “eficiência” e obtém um percentual de 70 a 90; o conceito C é atribuído ao estudante que atinge o desempenho “necessário” e obtém um percentual de 60 a 70 e o conceito R é atribuído ao estudante não atingiu o desempenho mínimo necessário e obtém percentual de 0 a menor de 60.

De acordo com Foucault (2014) o exame faz de cada indivíduo um caso, que é ao mesmo tempo objeto de conhecimento e poder. O caso é o “indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que ser treinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído” (Foucault, 2014, p. 187). Assim, cada estudante do IFTM é, em sua individualidade, um caso que, tendo a sua aprendizagem e o seu comportamento descrito, mensurado, medido e comparado pode ser classificado, normalizado e excluído. Assim, o estudante que não atinge o desempenho esperado na avaliação da aprendizagem torna-se um caso a ser analisado nos Conselhos de Classe ou acompanhado pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) e o estudante que não se comporta conforme as regras torna-se um caso a ser analisado pelo Conselho de Ética.

Recordo-me de uma estudante com necessidades educacionais específicas. Ela precisava de adaptações nas formas de avaliação devido a sua condição neurológica. A família cobrava da instituição adaptações nas avaliações de forma a atender as necessidades da estudante. O Napne era o responsável pelo acompanhamento da estudante e realizava uma série de reuniões para construir estratégias e orientações para os professores, elaboração de normativas específicas para atender as necessidades da estudante de modo a seguir as orientações legais. Alguns professores resistiram às adaptações sob a alegação de que a estudante seria beneficiada em relação aos demais colegas. Desse modo, a estudante com necessidade educacional específica, por não se enquadrar dentro da norma, provocava a escola a rever suas práticas normalizantes. Como efeito, outras normas foram criadas para atender a estudante, como orientações, procedimentos, formulários, registros e regulamentos.

Segundo Foucault (2014) o exame indica a “aparição de uma nova modalidade de poder em que cada um recebe como status sua própria individualidade, e onde está

estatutariamente ligado aos traços, às medidas, aos desvios, às notas que o caracterizam fazem dele, de qualquer modo, um caso” (Foucault, 2014, p. 187).

Penso que o estudante com necessidades educacionais específicas, mais especificamente os estudantes com deficiência, são um bom exemplo que ilustra, em alguma medida, essa produção do indivíduo que se torna um caso. Desde seu ingresso na instituição são assinaladas as suas necessidades específicas em relação aos demais estudantes, que constituem a norma, a partir de então esse estudante se torna um caso para o Napne que passa a acompanhar o estudante e avaliar as suas necessidades e capacidades, para então, providenciar uma série de adequações para a sua inclusão no ambiente escolar, desde adequações arquiteturais até as adequações nas avaliações.

Segundo Foucault (2014) “o exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto do poder, como efeito e objeto de saber. É ele que, combinando a vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões. Portanto, de fabricação da individualidade celular, orgânica, genética e combinatória. Com ele se ritualiza aquelas disciplinas que se pode caracterizar com uma palavra dizendo que são uma modalidade de poder para o qual a diferença individual é pertinente.” (Foucault, 2014, p. 188).

3 - A Psicologia Escolar e o IFTM

No capítulo anterior apresentei o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) como herdeiro de uma tradição moderna disciplinar e como o poder disciplinar domina a relação dos corpos com o espaço escolar, o tempo escolar e as atividades escolares e também alguns aspectos dos mecanismos de vigilância, punição e avaliação dos estudantes da instituição.

Busquei evidenciar as técnicas disciplinares, as tensões e resistências que surgem nesse processo de dominação dos corpos, sobretudo dos estudantes. Entendo que as tensões que ocorrem nesse processo são resistências ao poder da norma disciplinar e se expressam, sobretudo, na relação família-escola e professor-estudante por meio da indisciplina.

Este capítulo tem o objetivo de apresentar as minhas compreensões, percepções e possibilidades no tocante aos saberes e práticas relacionados à Psicologia Escolar e Educacional que foram construídas e formuladas no decorrer de minha graduação em Psicologia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a partir daí apresentar reflexões e proposições da Psicologia Escolar e Educacional Crítica para contexto do IFTM, marcado por tensões e conflitos advindos do exercício do poder disciplinar, mas também por outros tipos de poder e das influências do contexto social no qual a instituição está inserida.

Minha relação com a Psicologia Escolar e Educacional no decorrer da graduação foi marcada por aproximações e distanciamentos. As primeiras aproximações com esta área de atuação e com o corpo de conhecimentos produzido por ela, possibilitou-me revisitar e refletir sobre o meu percurso nas escolas em que estudei e como a educação escolar afetou e marcou a minha vida.

Para mim, a escola foi salvação e martírio. Salvou-me porque possibilitou o acesso à ciência, à arte e à filosofia e a oportunidades de melhores condições de vida. Martirizou-me

pelas inúmeras violências, como preconceito e *bullying*, e exclusões cotidianas em contextos de escolas públicas sucateadas, como dificuldades de acesso à escola e materiais de estudo. Entender como a escola me afetou e me marcou no percurso de minha vida foi essencial para compreender criticamente os efeitos que a educação escolar produz nos sujeitos e para pensar o meu fazer profissional enquanto psicólogo escolar.

Entendo que a Psicologia Escolar e Educacional é uma área de estudo da Psicologia e uma área de formação e atuação do psicólogo, cujo foco de atenção é o contexto educacional, seja ele dentro ou fora da escola e que o psicólogo escolar é o profissional que deve se comprometer com as questões da Educação e da escola, colocando-as no centro de suas reflexões e ações (Tanamachi e Meira, 2003).

O encontro com a Psicologia Escolar e Educacional Crítica, me possibilitou um olhar para a Educação e para a escola que me permitiu entender a sua função social no contexto da sociedade capitalista e também o seu funcionamento e seus os efeitos sobre os sujeitos para analisar criticamente a atuação da Psicologia na Educação.

A escola moderna se constituiu enquanto instituição disciplinar nas sociedades disciplinares, período correspondente ao capitalismo industrial, objetivando conformar os indivíduos na sociedade por meio de técnicas disciplinares que buscavam docilizar os corpos, tornando-os obedientes politicamente e úteis economicamente (Foucault, 2014).

No capitalismo industrial a principal função da escola era, nas palavras de Rocha (2008), “proteger a criança dos maus hábitos mundanos e desenvolver a potencialidade dos indivíduos, cultivando comportamentos integrados ao sistema: o sucesso do sistema é também o de cada um, e vice-versa” (p. 479).

Foucault (2005) diz que no fim do século XVIII surgiu na sociedade burguesa o biopoder que se constituiu a partir de intervenções em áreas como natalidade, morbidade,

incapacidades biológicas diversas e efeitos do meio. O biopoder produz um efeito massificante e se dirige ao homem-espécie, constituindo uma biopolítica da espécie humana que leva em conta a vida e os processos biológicos do homem-espécie e assegura sobre eles uma regulamentação.

Com o surgimento do biopoder e da biopolítica novas questões surgiram para a escola, tais como os interesses das indústrias de medicamentos, as condições de trabalho, as práticas de avaliação no campo das políticas públicas que buscam resultados pragmáticos; a reificação de modelos de formação dissociados dos processos de gestão/trabalho em educação; a privatização e medicalização da vida, conforme apontado Rocha (2008).

Na medida em que a sociedade vai mudando e instituindo novas formas de poder, a escola acompanha essas mudanças e passa a lidar com novas questões e desafios. Na contemporaneidade pode-se dizer que a Educação e a escola vêm passando por uma crise. Arendt (2010) diz que um dos grandes problemas da educação na contemporaneidade é não poder abrir mão nem da autoridade e nem da tradição, para ela “a crise da autoridade na educação guarda a mais estreita conexão com a crise da tradição, ou seja, com a crise de nossa atitude face ao âmbito do passado” (p. 243).

Deleuze (1990) aponta para uma crise generalizada dos modernos meios de confinamento como a família, a escola, o hospital, a fábrica e a prisão devido ao fato de que as sociedades disciplinares estão sendo substituídas pelas sociedades de controle, correspondendo a uma nova configuração do capitalismo.

Nas sociedades de controle novas configurações são exigidas no regime da escola como “as formas de controle contínuo, avaliação contínua, e a ação da formação permanente sobre a escola, o abandono correspondente de qualquer pesquisa na Universidade, a introdução da “empresa” em todos os níveis de escolaridade” (Deleuze, 1990, p. 3).

Embora Deleuze (1990) aponte para a crise da escola, é importante observar as especificidades da escola brasileira para compreendê-la situada historicamente e culturalmente em nossa sociedade. Rocha (2008) diz que a escola brasileira carrega marcas do processo de colonização, como o assistencialismo, por exemplo, e do processo de desenvolvimento da sociedade liberal no capitalismo tardio brasileiro, como a terceirização, a precarização e a feminização, somados à aceleração do tempo e da produtividade. Além disso, essa escola está perpassada por mecanismos de manutenção da hierarquia, de individualização e de metas produtivistas oriundas da política neoliberal do Banco Mundial que engendram processos de exclusão.

Na modernidade a escola se constituiu enquanto um sistema fechado de clausura dos corpos, mas de acordo com Heckert e Rocha (2012), na atualidade a escola trata-se de um sistema aberto constituído em um mercado de serviços e que produz novas práticas, somadas às práticas disciplinares. Segundo as autoras, trata-se de uma escola mercado em que

o autocontrole e a autoavaliação são os processos em alta nos que se multiplicam a contabilização de resultados como meio de atenção à qualidade e otimização de percursos, práticas permanentes consideradas de segurança, incluindo aí a expansão dos diagnósticos para identificação dos corpos e definição de ações (p. 86).

Essas autoras apontam que a escola contemporânea tem sido vista como um mecanismo estratégico de gestão da vida e dos riscos que, pressionada por políticas governamentais, se situa entre discursos de produção de subjetividade baseados em responsabilidade social, prevenção da periculosidade e práticas assistencialistas que visam ao resgate de múltiplas carências.

Rocha (2008) diz ainda que a grade que sustenta o cotidiano escolar alimenta-se das relações de tutela com os educadores e educandos que os mantém à margem do processo

decisório; da competitividade, que define os bem-sucedidos e distribui os códigos de acesso e da produtividade, que estabelece aceleradores de tempo e de automatização do processo buscando otimizar os recursos.

Tendo em vista esses aspectos da função social da escola na sociedade capitalista, como a sua herança disciplinar moderna, materializada por meio de velhas e novas técnicas disciplinares, os mecanismos de regulamentação da vida oriundos da biopolítica e do biopoder, as novas formas de controle e a crise pela qual a Educação e a escola contemporânea vêm passando, me vi pensando que a luta em defesa da Educação e a construção de uma escola possibilitadora de uma educação emancipadora e libertadora, guiada pelos princípios de Paulo Freire (1987), estaria perdida. Daí decorreram os primeiros afastamentos. Diante de tais desafios, pareceu-me que não havia o que fazer.

No entanto, o trabalho como assistente de alunos no IFTM, nunca me permitiu o total distanciamento das questões referentes à Educação e à escola, sendo que no percurso final de minha formação me aproximei novamente da Psicologia Escolar e Educacional. Aliado a isso, no decorrer de minha formação fui amadurecendo politicamente e foi ficando cada vez mais evidente para mim que em qualquer ação sobre o mundo, seja ela profissional ou não, devo colocar em perspectiva o desejo por viver em um mundo sem exploração e livre de dominação, realizando ações que visem transformar a realidade social.

Entre aproximações e distanciamentos, pude perceber e entender a Educação como uma campo social que está sempre em disputa e do qual não devemos abrir mão, indo na direção em que Freire (2000) aponta quando diz que se a educação sozinha não tem condições de transformar a sociedade, tão pouco sem ela essa transformação poderá ocorrer de fato.

Em tempos de conservadorismo e autoritarismo, a Educação brasileira sofre diversos ataques e ameaças e vemos o fortalecimento das Escolas Cívico Militares³ e do Escola Sem Partido⁴, retomando no Brasil uma noção de escola conservadora, que privilegia a disciplina, o militarismo e a burocracia como elementos centrais do processo educativo para formação de uma juventude obediente politicamente e eficiente economicamente, adaptada às demandas desta sociedade.

Portanto, é preciso disputar a educação da consciência e dos corpos para produzir sujeitos capazes de pensar, refletir e agir criticamente e que não aceitem as injustiças e as desigualdades como naturais e nem como parte de um futuro inevitável, tendo em mente que o trabalho do psicólogo escolar é essencialmente político (CFP, 2019; Patto, 2015; Rocha, 2008; Tanamachi e Meira, 2003).

É no contexto da escola burguesa que o psicólogo escolar tem o seu local de trabalho e por isso deve se posicionar politicamente e ideologicamente nessa disputa pela Educação e pela escola, tendo em mente que a Psicologia brasileira, historicamente, ocupou um lugar e

³O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), cujo marco regulatório inicial é o Decreto nº 10.004 de 5/9/2019, visa a promoção da melhoria da qualidade do ensino fundamental e médio por meio de acordos de cooperação e parcerias entre as secretarias de Educação e de Segurança Pública com recursos do Ministério da Educação e contratação pelas Forças Armadas de militares inativos. A gestão das escolas vinculadas ao programa desconsidera o princípio da gestão democrática imposto pela Constituição e pela LDB, substituindo-a por gestão de excelência e pelo modelo dos colégios militares que organizam-se com base em rígida hierarquia, férrea disciplina, obediência incontestável aos superiores, proibição de determinados comportamentos socialmente normais em outros ambientes como demonstração de afeto, uso de adereços, cortes personalizados de cabelo (Mendonça, 2019).

⁴O Movimento Escola sem Partido se intitula apartidário, mas apresenta forte vínculo com partidos políticos que propõem ameaça aos princípios de respeito à liberdade e à solidariedade humana, do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, da valorização profissional, da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, da garantia do padrão de qualidade. Defende a neutralidade dos conteúdos curriculares, mas enfatiza a difusão de valores religiosos e de doutrinação, tendo por base a política conservadora, ideológica, neoliberal que desqualifica o trabalho docente e a formação de crianças e jovens, defendendo que o papel da escola deve se restringir a instrução e transmissão de conhecimentos (Silva, Veiga & Fernandes, 2020).

uma função dentro e fora da escola e em relação à Educação que contribuiu ativamente para a exploração, dominação, exclusão, estigmatização e patologização de diversas crianças das camadas populares com suas práticas e saberes oriundos do saber médico. Ao longo da história, a Psicologia atribuiu ao indivíduo a causa dos problemas escolares e com isso contribuiu para a culpabilização e individualização de diversos problemas sociais (Patto, 2015).

Nas últimas décadas a Psicologia Escolar e Educacional Crítica tem realizado um movimento de revisão e superação de práticas excludentes, objetivando se colocar em um outro lugar nas questões atinentes à Educação e à escola, buscando rever o seu corpo de conhecimentos e práticas e direcionando o seu trabalho para concepções progressistas e coletivas (Tanamachi e Meira, 2003).

Se por um lado a Psicologia Escolar e Educacional tem conseguido amadurecer as suas reflexões e práticas a respeito das problemáticas que o campo da Educação apresenta, por outro, ela ainda está em um processo de conquistar o seu espaço nessa instituição e de enfrentar o retorno das concepções tradicionais da Psicologia, conforme apontam Tanamachi e Meira (2003).

A Psicologia ainda precisa provar que a sua presença na escola é importante e necessária e lutar para a inserção cada vez maior nas escolas públicas. Apenas no dia 11 de dezembro de 2019 foi promulgada a Lei nº 13.935 que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia nas escolas públicas brasileiras (Lei n. 13.935, 2019), mostrando o quão recente é a inserção da psicologia nas escolas e que o lugar do psicólogo escolar não está garantido e nem consolidado e se encontra em torno de disputas políticas que ainda nos exigirão muitas lutas e atenção para não reproduzirmos as mazelas que compõem a história de nossa profissão.

Para romper com a sua tradição de práticas excludentes e contribuir para uma transformação social real entendo ser necessário questionar a escola tal como ela se apresenta e sua função. Isso significa entendermos que a escola burguesa não irá mudar pelas vias do Estado e nem do mercado, pois não é do interesse da classe dominante a construção de uma Educação e de uma escola emancipadora e libertadora. É preciso compreender que esta instituição está a favor da dominação de classes e manutenção desta sociedade da forma como ela está, no entanto, isso não pode e nem deve significar que a Educação e a escola são lugares perdidos e que nada poderá ser feito.

Os estudos em Psicologia Escolar e Educacional Crítica (Patto 2015; Rocha, 2008; Tanamachi e Meira, 2003) tem me mostrado cada vez mais que a escola é lugar potente para a transformação social, mesmo que esta transformação não se encerre na escola. Nesse sentido, penso que a transformação social é um horizonte que deve estar sempre em perspectiva na atuação do psicólogo escolar, mas não com a ingenuidade de quem acha que a escola burguesa tem condições de, sozinha, transformar a realidade, mas sim com o realismo de quem compreende que ela tem uma potência que precisa ser explorada e que não se pode deixar, sem resistência, que o Estado e o mercado se apodemem das consciências e dos corpos das crianças e adolescentes filhos da classe trabalhadora.

Penso que o psicólogo escolar pode e deve contribuir para os processos de resistência a esta exploração e dominação, buscando contribuir para a construção de práticas coletivas de resistência aos processos de dominação, considerando a escola como um lugar privilegiado de convivência e inserção social (CFP, 2019).

Concordo com Heckert e Rocha (2012) quando elas dizem que as transformações no contexto da escola não virão por meio das leis e nem dos programas de capacitação de professores dissociados do cotidiano escolar, mas sim no exercício do pensamento que nos

convoca a acolher as turbulências, que nos permita acompanhar o que se passa na escola e interferir no estado das coisas instituídas, colocando em análise os modos de governo da vida que engendram práticas de gestão, trabalho e formação. Nesse sentido, para as autoras, o trabalho do psicólogo deve ser direcionado para interferir no “modo de funcionamento das políticas, no regime de enunciação e fabricação do que tem sido configurado como problema e desafio a ser enfrentado pela escola pública” (p. 92).

Para pensar as proposições da Psicologia Escolar e Educacional Crítica para algumas questões do IFTM penso ser preciso compreender o seu contexto e questionar a sua função na nossa sociedade para que seja possível interferir no estado das coisas instituídas. Para Silveira e César (2013) os Institutos Federais se inserem em um novo contexto da Educação Profissional e Tecnológica brasileira que é marcado pela conciliação de novas táticas disciplinares e de biopolítica.

Para estas autoras, na medida em que os Institutos Federais ofertam uma formação completa em todos os níveis de ensino, isso legitima um discurso em torno da ciência e da tecnologia e seu papel formador, investindo em narrativas de que o mercado precisa de profissionais que dominem conhecimentos relativos à ciência, tecnologia e empreendedorismo. Elas também afirmam que na medida em que os Institutos Federais oferecem a possibilidade de inclusão de pessoas que antes não teriam acesso a uma educação em uma instituição de excelência isso faz com que o processo de expansão dessa rede se justifique com discursos de combate às desigualdades e acesso de uma população que está destinada a compor o mercado de trabalho.

Para dar conta do mercado, Silveira e César (2013) dizem que os Institutos Federais procuram abarcar toda uma população nos seus processos, baseando-se em

uma graduação em menor tempo e conseqüentemente com um currículo mais enxuto, um aprendizado virtual em torno do ensino profissional, a formação de jovens e adultos, além da população que almeja a aprovação no vestibular das universidades públicas, sem a necessidade de um curso preparatório (Silveira e César, 2013, p. 13).

Nesse cenário, os Institutos Federais têm abarcado nos seus cursos elementos vinculados a um poder sobre a vida e suas formas políticas de constituição fazendo com que o processo de tornar-se um técnico seja marcado pela busca de “um sujeito capaz de tornar-se um empreendedor de si mesmo e com isso atingir as demandas, mesmo que inalcançáveis frente as exigências dessa vida, do mercado profissional de sucesso” (Silveira e César, 2013, p. 2).

Perpassado por novas e velhas formas de governo da vida, o IFTM produz também suas problemáticas, sobretudo em relação às tensões e resistências frente a essas formas de dominação que se expressam sobretudo na relação da família com a escola e do professor com o estudante em situações de indisciplina que culminam em processos de exclusão, medicalização e judicialização do cotidiano escolar.

A indisciplina pode ser compreendida como “a irreverência que desacata as normas estabelecidas” (Heckert e Rocha, 2012, p. 88) e portanto, um efeito das relações de poder que configuram a instituição e estabelecem normas e regras a serem seguidas. Tudo o que foge à norma e à regularidade pode ser considerado uma indisciplina, tal como a infrequência, as infrações disciplinares e o baixo desempenho acadêmico.

A infrequência se configura como uma alternância e irregularidade da presença do estudante, sendo um efeito mais temporal que espacial, diferente da evasão que é a saída definitiva da escola, conforme apontado por Heckert e Rocha (2012). Diversos fatores podem contribuir para a irregularidade da presença do estudante, como a necessidade de conciliar o

estudo com trabalho, a falta de dinheiro para pagar transporte, problemas familiares que demandem do estudante se ausentar da escola para auxiliar a família, dentre outros.

Para Heckert e Rocha (2012) a infrequência “vem sendo entendida pelo sistema educacional como irresponsabilidade, abandono dos familiares e descumprimento de um direito das crianças e dos jovens” (p. 88). No IFTM essa tendência a responsabilizar os estudantes e suas famílias pela infrequência se materializa em muitos momentos pela maneira como a instituição lida com os atrasos sistemáticos dos estudantes, atribuindo-lhes a responsabilidade de mudar sua rotina, acordar mais cedo e lhes impõe punições, como faltas, advertências e entrar para a aula somente no horário seguinte.

A instituição possui o Programa de Assistência Estudantil (PAE) como instrumento para lidar com a infrequência e a evasão, uma vez que ele tem por objetivo contribuir para a permanência na instituição, no entanto, em muitos momentos ele não consegue cumprir o seu objetivo. Caso o estudante não obtivesse frequência mínima num determinado período de tempo e não houvesse uma justificativa plausível, devidamente comprovada, como por exemplo um atestado médico, o benefício da Assistência Estudantil deveria ser cancelado. Em muitas situações, os estudantes desligados desistiram do curso logo após o cancelamento da bolsa.

Entendo que não basta haver o pagamento de um benefício em dinheiro para garantir a permanência do estudante na escola, uma vez que as situações concretas de sua vida lhe impõem desafios que o benefício não consegue resolver, como por exemplo a necessidade de trabalhar para se sustentar ou contribuir para o sustento da família, situação muito comum nos cursos de nível superior da instituição. Nos cursos de nível médio/técnico era comum estudantes chegarem muito atrasados por razões diversas: por que acordaram tarde, o ônibus passou mais cedo, os pais tiveram imprevistos para levá-los à escola, como também situações

em que a família não tinha dinheiro para pagar passagem de ônibus ou precisavam trabalhar para ajudar na complementação de renda.

A postura da instituição frente aos motivos das faltas e atrasos vai no sentido de pedir justificativas plausíveis, normalmente algum documento, como atestado médico, declaração de que a pessoa estava trabalhando, e de responsabilizar o estudante para que se organize melhor na sua rotina para se adaptar à escola. Normalmente o estudante que não se adapta vai aos poucos sendo excluído da instituição, seja por sucessivas reprovações ou por perdas de bolsas e benefícios que, em tese, deveriam contribuir para sua permanência.

Nesse sentido, penso que cabe à escola mobilizar mecanismos que viabilizem a presença do estudante e a Psicologia Escolar pode auxiliar nessa construção, juntamente com a família dos estudantes e também na criação e melhoramento das políticas públicas como o Programa de Assistência Estudantil na construção de ações de permanência que dialoguem com a vida concreta de estudantes e suas famílias.

As infrações disciplinares previstas no Regulamento Disciplinar Discente (IFTM, 2016) também são formas de indisciplina na medida em que elas são os comportamentos que são considerados inadequados ao ambiente escolar que devem ser punidos com advertência, suspensão ou desligamento objetivando garantir o bom desempenho acadêmico.

O estudante que não se adapta ou muda seu comportamento vai aos poucos sendo punido até ser excluído da escola. Cabe ao estudante se responsabilizar e mudar e não à escola avaliar as práticas educativas, desde rever o objetivo das normas e regras da escola, a forma de construir essas normas e regras e até pensar em outras formas de educar que não sejam baseadas na punição.

Nesse sentido, penso que cabe à escola a construção de regras para o convívio escolar que sejam construídas coletivamente, com ampla participação de estudantes, familiares,

técnicos e professores visando contribuir para a construção de um espaço escolar que privilegie a convivência e a inserção social e promova aprendizagem e desenvolvimento humano.

Para cumprir tal proposição de uma construção coletiva de regras no ambiente da escola penso ser necessário um entendimento acerca da escola para além de sua dimensão puramente institucional, que constrói relações no interior de normas e regras muito apertadas, na maioria das vezes construídas sem diálogo com a comunidade escolar. Para isso entendo ser necessário a compreensão da escola como um espaço sócio-cultural que busque “resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constitui, enquanto instituição” (Dayrell, 2001, p. 136).

Tal compreensão da escola como espaço sócio-cultural, conforme aponta Dayrell (2001), implica em compreendê-la numa dimensão institucional, que se refere a esse conjunto de normas e regras que unificam e delimitam a ação dos sujeitos, e numa dimensão cotidiana, composta por uma complexa trama de relações sociais entre os sujeitos, que envolvem conflitos, alianças e estratégias individuais e coletivas de transgressão e de acordos.

É levando em consideração a complexa trama de relações sociais que constituem o cotidiano escolar do IFTM, composto por estudantes de diversas idades, gêneros, classes, etnias, dentre tantas outras pluralidades, que as normas e regras da instituição devem ser construídas, uma vez que as relações nesse contexto envolvem “um processo de apropriação constante dos espaços, das normas, das práticas e dos saberes que dão forma à vida escolar” (Dayrell, p. 137).

Penso que outras normas e regras podem ser construídas no espaço escolar, buscando não disciplinar a relação dos corpos com o espaço, mas sim de proporcionar uma apropriação coletiva do espaço escolar, indo na direção oposta de normas e regras disciplinares que

visam homogeneizar a pluralidade com espaços e tempos vedados que muitas vezes não contribuem para construir um sentimento de pertencimento à instituição.

Também é necessário buscar outras alternativas à punição, uma vez que ela contribui para a exclusão do estudante da escola e não educa. Nesse aspecto, a justiça restaurativa pode contribuir para se pensar formas que visam a educar e não punir, sobretudo por meio da mediação de conflitos, que vem sendo utilizada em muitas situações em escolas com estudantes em conflitos com a Lei ou em situações graves de indisciplina, conforme estudado por Lima (2017).

O baixo desempenho acadêmico também é uma forma de indisciplina, uma vez que os estudantes com baixo rendimento muitas vezes não se adequam à norma estabelecida a respeito daquilo que seria um “bom desempenho acadêmico”, que na instituição é medido principalmente pela nota. O estudante que não atingir a pontuação necessária estará sujeito a recuperações e a reprovações. Na maioria das vezes, cabe ao estudante buscar recuperar o conhecimento para alcançar a norma e não à instituição rever suas práticas avaliativas e em muitos momentos os recursos pedagógicos utilizados.

Penso que questões como “porquê avaliar” e “como avaliar” devem estar em pauta no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que as avaliações e exames marcados por um caráter disciplinar e normalizador contribuem para processos de exclusão, na medida em que o estudante que não acompanha o ritmo da escola acaba tendo que buscar apoio psicopedagógico privado ou até mesmo procurar outra escola para estudar.

Existe uma noção de que a avaliação diz sobre o estudante, mais do que sobre o processo de ensino-aprendizagem. A instituição mobiliza inúmeras avaliações no decorrer do processo de ensino-aprendizagem e normalmente cabe ao estudante adaptar-se para dar conta de passar na prova e ser aprovado. Isso se evidencia principalmente em relação aos

estudantes com necessidades educacionais específicas, sobretudo os estudantes com deficiência, que muitas vezes não conseguem o resultado esperado nas avaliações e enfrentam resistências por parte de alguns professores que não entendem a necessidade de adaptar as formas de avaliar que atendam às necessidades específicas desses estudantes.

Nesses momentos, o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) é acionado para tentar promover estratégias de inclusão, uma vez que ele se constitui como o um instrumento da instituição que visa acompanhar os estudantes com dificuldades no processo de aprendizagem, sobretudo os estudantes com deficiência, visando a sua inclusão na escola.

Embora haja o Napne como instrumento que visa contribuir para o processo de inclusão, o que ocorre muitas vezes é a criação de procedimentos, regulamentos e normas institucionais que disciplinam e regulamentam como esses casos devem ser tratados pela instituição, engessando as práticas educativas que ficam reféns da regulamentação, uma vez que se algum procedimento entendido como necessário não estiver previsto na regulamentação, a inclusão sequer ocorre de fato.

Heckert e Rocha (2012) dizem que os dispositivos de inclusão escolar, que possuem como objetivo inserir os estudantes do ensino especial na educação regular, têm se constituído como um sistema de aprimoramento do controle através de instrumentos que normalizam aquilo que é percebido como diferença. Nessa perspectiva, essas autoras dizem que incluir tem significado “reduzir diferenças, disponibilizando meios de aproximação à boa forma” (p. 88).

Para Rocha (2008) a inclusão deve ser pensada como acesso à escola, ao patrimônio cultural e ao conhecimento sistematizado, sendo fruto de relações democráticas. Para a autora “a educação inclusiva enquanto dispositivo pode se constituir em estratégia de

(trans)formação, favorecendo a invenção de outros modos de funcionamento institucional, ou seja, de uma outra estética para a existência da própria escola” (p. 481).

Como forma de garantir a inclusão na instituição, o saber médico é recorrido tanto para justificar as medidas de inclusão quanto para orientar a condução das práticas educativas, acionando processos de medicalização da vida escolar. Tal processo de medicalização, conforme aponta Heckert e Rocha (2012), vem transformando as tensões que ocorrem no processo de aprender e do convívio no espaço escolar em casos médicos e tomam as histórias de vida como transtorno, déficit, distúrbios do comportamento e de aprendizado.

Corroborando com os estudos de Mello e Patto (2008), Heckert e Rocha (2012) têm observado uma intensificação no encaminhamento por parte dos profissionais da educação para neurologistas e psiquiatras para a realização de diagnósticos com emissão de laudos e assim esses documentos nomeiam os problemas enfrentados pela escola e fornecem subsídios para a intervenção pedagógica para superar as dificuldades do aprender.

A medicalização, de acordo com Heckert e Rocha (2012), intensifica os especialismos, as práticas de tutela e desqualificação do saber-fazer dos profissionais da educação que vêm se configurando como “uma espécie de auxiliar do saber médico-psiquiátrico no chão da escola, convocados a observar com acuidade o comportamento de crianças e jovens, identificando precocemente anomalias, distúrbios, riscos, e orientando as famílias para a busca de intervenção técnica” (p. 90).

A medicalização da vida escolar despotencializa as intervenções e os saberes pedagógicos, produzidos pelos profissionais da escola no cotidiano escolar, uma vez que sempre buscam respaldos no saber e nas intervenções médicas para lidar com os problemas da escola. Penso que uma das maneiras de oferecer resistência a esse processo de

medicalização é a valorização dos saberes pedagógicos produzidos na cotidianidade da escola.

Mas não é apenas a medicalização que entra em curso no que diz respeito ao funcionamento institucional para lidar com aquilo que escapa à norma, mas também os processos de judicialização. Para Heckert e Rocha (2012) a judicialização se caracteriza pela “expansão da ação da justiça no território da escola, com o aparato jurídico sendo acionado para intervir em conflitos que emergem no chão da escola e/ou para esclarecer dúvidas, muito mais quanto aos deveres não cumpridos do que com relação aos direitos sociais não garantidos” (p. 90). Para as autoras, a lógica judicial tem sido ofertada e requisitada para manter a ordem por meio de ameaças de punição, cujo foco têm sido as ações consideradas de indisciplina e violência.

A via da judicialização é acionada no IFTM tanto pela escola que em algumas situações procura se desresponsabilizar de suas obrigações quanto pela família que busca acionar um aparato jurídico que vise obrigar a escola a cumprir determinadas obrigações. Penso ser necessário instituir práticas na relação da família com a escola que viabilizem a coletivização das práticas educativas que contribuam para que a comunidade escolar se responsabilize conjuntamente pela educação dos jovens e dos adultos (CFP, 2019).

Nesse sentido, diversos processos estão relacionados e interferem no trabalho educativo. Frente à qualquer tensão à norma, mecanismos de medicalização, judicialização e exclusão são frequentemente acionados para intervir e conduzir o trabalho dos educadores, principalmente o dos professores. Para Heckert e Rocha (2012) o trabalho do professor requer provocação, encontro e indagação que não cessam de acontecer. Para as autoras:

Se por um lado o professor encontra-se aprisionado em uma rede de sentidos e práticas instituídas, em um processo de burocratização do fazer educacional, por

outro, também efetua alianças no sentido de ampliar o compartilhamento de experiências em seu cotidiano de trabalho e de tecer outros regimes de afectos que desestabilizam os processos de regulamentação da vida (Heckert e Rocha, 2012, p. 91).

Nesse sentido, penso que as práticas educativas no processo de ensino-aprendizagem devem ser pensadas para acolher as tensões e os imprevistos e não para evitá-los. Para isso, o trabalho do professor deve ter garantida a autonomia para planejar e executar as suas aulas e avaliações sem a necessidade de constante submissão a instâncias superiores que visam controlar e vigiar o processo educativo nos mínimos detalhes.

Essa autonomia no trabalho do professor não deve implicar em uma hierarquização em relação aos estudantes, sobretudo no que diz respeito à construção das atividades escolares no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o processo de ensino-aprendizagem também deve incluir a participação ativa dos estudantes no seu planejamento e também nas formas de avaliação desse processo.

Para além de uma herança disciplinar que em muitos momentos contribui para a docilização dos corpos por meio de instrumentos e técnicas disciplinares, o IFTM não se reduz às suas relações de poder instituídas. Digo isso, pois na minha experiência como assistente de alunos sempre percebi uma vivacidade na instituição. Me admirava em muitos momentos com o compromisso, a dedicação e o orgulho que os estudantes do IFTM, sobretudo os estudantes de Ensino Médio Integrado, tinham em relação à instituição, mesmo que em muitos momentos eles tivessem seus conflitos e atritos.

À Psicologia Escolar e Educacional Crítica penso que muito interessa essa vivacidade que não se limita aos regimes de poder instituídos, pois é nela que se encontra a potência para a instauração de novos regimes de afeto e de processos de ensino-aprendizagem que rompam

com a disciplina, a regulamentação e o controle e permitam a construção de uma comunidade escolar integrada e envolvida com a instituição pelos laços de pertencimento e não pela dureza das normas e regras dos regimentos e regulamentos.

Referências

- Arendt, H. (2010). A Crise na Educação. In *Entre o Passado e o Futuro* (7ª ed.) Perspectiva.
- Conselho Federal de Psicologia. (2019). *Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) na Educação Básica* (2ª ed.).
- Dayrell, J. (2001). A escola como espaço sócio-cultural. In *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. (2ª ed.) Editora UFMG.
- Deleuze, G. (1992). Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle. In *Conversações, 1972-1990* (1ª ed.) Editora 34.
- Ferrari, A., & Dinali, W. (2012). Herança moderna disciplinar e controle dos corpos: quando a escola se parece com uma “gaiola”. *Educação em Revista*, 28, 393-422. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982012000200018>.
- Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade* (1ª ed.) Martins Fontes.
- Foucault, M. (2018). *Microfísica do poder* (8ª ed.) Paz e Terra.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (42ª ed.) Editora Vozes.
- Freire, P. (2000). *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos* (1ª ed.) Editora UNESP.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido* (17ª ed.) Paz e Terra.
- Heckert, A. L. C. & Rocha, M. L. (2012). A maquinaria escolar e os processos de regulamentação da vida. *Psicol. Soc.* [online]. 24, pp.85-93. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000400013>.
- Instituto Federal do Triângulo Mineiro. (2020a). Resolução 21/2020 de 20 de maio de 2020. Dispõe sobre a aprovação das Resoluções Ad Referendum n. 75/2019 e 01/2020 que versam sobre a revisão do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. <https://iftm.edu.br/visao/loader.php?src=024293d493dc64aab4d5b9d834381af9>
- Instituto Federal do Triângulo Mineiro. (2020b). Resolução 20/2020 de 20 de maio de 2020. Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 74/2019 que versa sobre a revisão do Regimento Interno do Campus Uberlândia Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. <https://iftm.edu.br/visao/loader.php?src=1daf34f17d07ec8aa22c35d6f4688e33>

Instituto Federal do Triângulo Mineiro. (2016). Resolução N° 29/2016 de 20 de junho de 2016 que versa sobre a revisão/atualização do Regulamento Disciplinar do Corpo Discente do IFTM. <https://iftm.edu.br/visao/loader.php?src=4e14752384332083bbb75bd0fdf7e886>

Instituto Federal do Triângulo Mineiro. (2019). Resolução “Ad Referendum” n. 76/2019 de 25 de novembro de 2019. Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 44/2019 que versa o Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Técnicos de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. <https://iftm.edu.br/visao/loader.php?src=b2baf461f0d047ff08c6c7ca0f9161fd>

Instituto Federal do Triângulo Mineiro. (2018). Resolução 57/2018 de 11 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 35/2018 que versa sobre o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. <https://iftm.edu.br/visao/loader.php?src=e1dccdd272aae3cef937939759511111>

Instituto Federal do Triângulo Mineiro. (2019). Resolução “Ad Referendum” n. 080/2019. Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Comércio integrado ao ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia Centro – 2020/1. <https://iftm.edu.br/visao/loader.php?src=46263df1bc37bff2d5d82822b6dec07a>

Lago, S. Jr. (2000). O ofício do ensaísta. *Logos: Comunicação e Universidade*, 7(2). <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/14790>

Lei n° 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (2008, 29 dezembro). Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm

Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (1996, 20 dezembro). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

Lei n° 13.935, de 11 de dezembro de 2019. (2019, 11 dezembro). Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm

Lima, L. M. (2017). Justiça Restaurativa: reflexões sobre intervenções alternativas com adolescentes envolvidos em conflitos. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório Institucional da UFU. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24944>

Mello, S. L. & Patto, M. H. S. (2008). Violência da Psicologia ou Psicologia da Violência? Em *Debates Psicol. USP*. 19 (4). <https://doi.org/10.1590/S0103-65642008000400013>.

Mendonça, E. F. (2019). Escolas Cívico-Militares: cidadãos ou soldadinhos de chumbo? *Revista Retratos da Escola*, 13(27), 621-636. <https://doi.org/10.22420/rde.v13i27.1039>.

Patto, M. H. S. (2015). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia* (4ª ed). Intermeios.

Rocha, M. L. (2008). Inclusão ou exclusão? Produção de subjetividade nas práticas de formação. *Psicol. estud.* [online], 13(3), 477-484. ISSN 1807-0329. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722008000300008>.

Silva, F. E., Veiga, I, P, A. & Fernandes, R. C. A. (2020). Militarização e Escola Sem Partido: repercussões no projeto político pedagógico das escolas. *Revista Exitus*, 10, 01-26. <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2020v10n1ID1485>.

Tanamachi, E. R., & Meira, M. E. M. (2003). A Atuação do Psicólogo como Expressão do Pensamento Crítico em Psicologia e Educação. In M. E. Melillo, & M. A. M. Antunes (Orgs), *Psicologia Escolar: Práticas Críticas* (1ª ed., pp. 11-62). Casa do Psicólogo.